

MINISTÉRIO DA
FAMÍLIA, INCLUSÃO
E DESENVOLVIMENTO SOCIAL

GOVERNO DE
**CABO
VERDE**
A TRABALHAR PARA TODOS

 ALTA AUTORIDADE
PARA A IMIGRAÇÃO, I.P.

ESTUDO IMIGRAÇÃO, MERCADO DE TRABALHO E ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPRESARIAL EM CABO VERDE



Financiado pela União Europeia



Contratualizado por



Implementado por



FICHA TÉCNICA

DESIGNAÇÃO	Estudo Imigração, Mercado de Trabalho e Atividade Económica e Empresarial em Cabo Verde
ENTIDADE RESPONSÁVEL	Alta Autoridade para a Imigração - AAI, I.P.
ELABORAÇÃO	Crisanto Barros José Manuel Marques Lopes
COMISSÃO CIENTÍFICA	Alcina Nunes – Instituto Politécnico de Bragança (IPB) Carmem Barros Furtado – Alta Autoridade para a Imigração (AAI, I.P.) Cláudia Pereira – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) Inês Vidigal – Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) Maria Alejandra Scaglione - Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) Sofia Bergano - Instituto Politécnico de Bragança (IPB)
APOIO FINANCEIRO	<p>Projeto <i>Coop4Int – Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde</i>, implementado pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo, I.P. (AIMA), a Alta Autoridade para a Imigração (AAI, I.P.), o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB). O projeto <i>Coop4Int</i> tem o apoio financeiro da União Europeia, contratualizado pelo ICMPD através da <i>Migration Partnership Facility</i>.</p> <p>O conteúdo deste documento é da exclusiva responsabilidade dos autores, e não pode, em caso algum, ser considerado como refletindo a posição da União Europeia, do ICMPD ou de qualquer uma das entidades intervenientes no projeto.</p>
DESIGN	Alberto Fortes
IMPRESSÃO	Tipografia Santos, Lda.
PUBLICAÇÃO	Julho 2025

Estudo Imigração, Mercado de Trabalho e Atividade Económica e Empresarial em Cabo Verde

Índice

Introdução	7
Capítulo 1. Contexto Imigratório e Diretrizes Políticas Nacionais e Internacionais em matéria de integração de imigrantes no mercado de trabalho	11
1.1. Breve evocação do contexto	11
1.2. Diretrizes políticas nacionais em matéria de imigração	12
1.3. Diretrizes políticas internacionais em matéria de imigração	14
Capítulo 2. Inserção dos imigrantes no mercado e sua contribuição na atividade económica e empresarial em Cabo Verde	16
2.1. Caracterização sociodemográfica dos inquiridos	17
2.2. Tempo de residência e condição de permanência	20
2.3. Situação face ao mercado de trabalho	22
2.3.1. Formas de inserção no mercado de trabalho	24
2.3.2. Salário médio e despesa de consumo	28
2.3.2.1. Salário e despesa dos imigrantes Trabalhadores por Conta de Outrem (TCO)	28
2.3.2.2. Salário e despesa dos imigrantes que Trabalham por Conta Própria (TCP)	30
2.4. Situação face à Segurança Social	33
2.5. Participação na economia nacional	35
2.5.1. Ramo de atividade	36
2.5.2. Forma de empreendimento, volume, tempo e fonte de investimento	38
2.5.3. Rendimento do investimento	41
2.5.4. Modalidade de enquadramento do negócio	43
2.5.5. Existência e utilização de instrumentos de gestão e situação perante o fisco	45
2.5.6. Facilidades/ dificuldades no processo de implementação do negócio	46
2.5.7. Perceção sobre inserção no mercado de trabalho	48
2.5.7.1. Apreciação sobre evolução do ambiente do negócio e acesso a rendimento	49
2.5.8. Apreciação global dos imigrantes sobre a inserção no mercado de trabalho	51
2.6. Contribuição dos imigrantes para a economia nacional	52
2.6.1. Pessoas empregadas	52
2.6.2. Contribuição dos imigrantes para a economia nacional	52
2.7. Acesso a serviços	55
2.7.1. Principais problemas no acesso aos serviços	56
2.8. Língua de comunicação	57
2.9. Participação nas organizações representativas	58
2.10. Principais conquistas e barreiras	60
2.10.1. Principais conquistas	60
2.10.2. Principais barreiras	61
Considerações finais e principais recomendações	62
Principais recomendações	65
Referências bibliográficas	67
Convenções	69

Índice de gráficos

Gráfico 1 - Distribuição da população inquirida por região de proveniência	16
Gráfico 2 - Distribuição dos imigrantes por sexo	17
Gráfico 3 - Distribuição dos imigrantes segundo estado civil	17
Gráfico 4 - Distribuição percentual dos imigrantes segundo nível de escolaridade	17
Gráfico 5 - Idade média segundo região de proveniência	18
Gráfico 6 - Situação de prevalência dos filhos dos imigrantes por região de proveniência	18
Gráfico 7 - Composição do agregado familiar entre os imigrantes por região de proveniência	19
Gráfico 8 - Condições de alojamento em que os imigrantes, em Cabo Verde, vivem por região de proveniência	20
Gráfico 9 - Tempo de permanência por sexo e região de proveniência	21
Gráfico 10 - Distribuição dos imigrantes em situação de emprego por sexo, idade, estado civil e região	23
Gráfico 11 - Distribuição percentual dos imigrantes em Cabo Verde, segundo modalidade de inserção no mercado de trabalho, sexo e região de proveniência	24
Gráfico 12 - Modalidade de inserção no mercado de trabalho dos imigrantes que trabalham por conta própria em Cabo Verde	25
Gráfico 13 - Distribuição dos imigrantes que trabalham por conta de outrem, segundo vínculo contratual, sexo e região de proveniência	27
Gráfico 14 - Imigrantes com segurança social por conta de outrem	34
Gráfico 15 - Imigrantes com segurança social por conta própria	34
Gráfico 16 - Imigrantes com segurança social	34
Gráfico 17 - Razões da não inscrição na segurança social	35
Gráfico 18 - Distribuição de ramos de negócio de investimento por região de origem dos imigrantes	37
Gráfico 19 - Distribuição percentual dos espaços utilizadas pelos imigrantes para realização das suas atividades económicas em Cabo Verde	37
Gráfico 20 - Volume de investimento médio por sexo e região de proveniência	38
Gráfico 21 - Variação média do tempo dos imigrantes com investimento em Cabo Verde	39
Gráfico 22 - Volume de investimento por período e região	39
Gráfico 23 - Perceção sobre a relação entre investimento e despesa	42
Gráfico 24 - Perceção sobre a relação investimento e despesas segundo região de origem	43
Gráfico 25 - Distribuição de negócios por tipo de empresa e região de origem	44
Gráfico 26 - Razões da não formalização do empreendimento por sexo	44
Gráfico 27 - Facilidades/ dificuldades que encontrou para implementar o negócio por sexo	47
Gráfico 28 - Facilidades/ dificuldades que encontrou para implementar o negócio por região de proveniência dos imigrantes	47
Gráfico 29 - Facilidades/ dificuldades que encontrou para implementar o negócio por tipo de empresa	48
Gráfico 30 - Distribuição de pessoas empregadas	52
Gráfico 31 - Principais problemas com que deparam no acesso aos serviços, segundo sexo	56
Gráfico 32 - Língua de comunicação utilizada no quotidiano	58
Gráfico 33 - Língua de comunicação utilizada pelos imigrantes nas comunicações com as instituições públicas e privadas	58
Gráfico 34 - Apreciação dos imigrantes relativamente às dificuldades enfrentadas ao tentar participar em organizações representativas, por sexo e tipo	59

Índice de tabelas

Quadro 1 - Distribuição da amostra	16
Quadro 2 - Distribuição de imigrantes por região, segundo tempo de permanência em Cabo Verde	21
Quadro 3 - Distribuição de imigrantes por região, segundo estatuto permanência em Cabo Verde	22
Quadro 4 - Distribuição dos imigrantes que trabalham por conta de outrem, por tipo de vínculo contratual, segundo variáveis sociodemográficas	25
Quadro 5 - Distribuição do rendimento/salário médio mensal por sexo, idade, nível de instrução e origem de proveniência	28
Quadro 6 - Relação salário e despesa dos imigrantes que trabalham por conta de outrem	30
Quadro 7 - Salário médio dos imigrantes que trabalham por conta própria	31
Quadro 8 - Despesa média dos imigrantes que trabalham por conta própria	32
Quadro 9 - Distribuição das despesas de consumo por sexo e região de proveniência	33
Quadro 10 - Distribuição da origem do financiamento	40
Quadro 11 - Acesso ao financiamento após a abertura do seu negócio / atividade	40
Quadro 12 - Distribuição do rendimento do negócio	42
Quadro 13 - Modalidade em que o seu empreendimento se enquadra	43
Quadro 14 - Existência de instrumentos de gestão	45
Quadro 15 - Situação perante a entidade fiscal do Estado	45
Quadro 16 - Perceção dos imigrantes sobre as dificuldades de entrar no mercado de trabalho em Cabo Verde	48
Quadro 17 - Apreciação sobre a evolução do ambiente de negócio e acesso ao rendimento em Cabo Verde, por sexo	49
Quadro 18 - Apreciação quanto à evolução do ambiente de negócio e acesso ao rendimento em Cabo Verde, por região de proveniência dos imigrantes	50
Quadro 19 - Apreciação global dos imigrantes sobre a inserção no mercado de trabalho	51
Quadro 20 - Distribuição do acesso a serviços, segundo sexo	55
Quadro 21 - Necessidade de fazer alguma reclamação por sexo e região de proveniência	57
Quadro 22 - Situação dos imigrantes em relação à afiliação em ONGs/ organizações representativas de classes, por sexo	59

INTRODUÇÃO

Cabo Verde acolhe uma população imigrante heterogénea, com realce para aquela proveniente dos países da África Ocidental, o que evidencia que o arquipélago se insere na tendência global de mobilidade de pessoas. Este movimento intensificou-se com a globalização da economia e com a persistência de enormes disparidades socioeconómicas entre países e continentes.

Segundo os dados compulsados do Relatório Mundial sobre as Migrações de 2022, o número de migrantes internacionais evoluiu de 84 milhões, em 1970, para 281 milhões em 2020, passando de 2,3% para 3,6% da população mundial (Cf OIM. World Migration Report, 2022).

Os dados coligidos nos censos de 2010 e 2021 davam conta de que a população imigrante e a população estrangeira residentes em Cabo Verde representavam pouco mais de 3% e 2,2 % da população nacional, respetivamente. As informações insertas no Relatório sobre População Estrangeira e Imigrante (REPEI), elaborado pelo INE em parceria com a Alta Autoridade para a Imigração, apontam para a existência de uma população estrangeira estimada em 10.869 pessoas, sendo que 66,5% provêm do continente africano, com realce para os países da CEDEAO (58,7%). Seguem-se os provenientes da Europa, 17,1%, América 8,3% e Ásia, 4,8%.

Existe uma vasta literatura internacional que identifica as razões de ordem económica como um dos principais fatores impulsionadores do fenómeno migratório. Entretanto, esse mercado tende a ser dual. Por um lado, uma parte, em geral minoritária, beneficia de bons salários, estabilidade das condições de trabalho, perspetivas de desenvolvimento na carreira, proteção social e bom estatuto social. Por outro, uma composta por empregos com insegurança contratual, baixos salários, fracas oportunidades de promoção e ausência de proteção social (Cf, Piore, 1979; Portes, 1981 e 1999; Massey et al., 1998 apud Peixoto, 2008).

No caso de Cabo Verde, os dados recentes indicam que a população estrangeira ativa é 81,3%, sendo maior no seio dos homens e com idades compreendidas entre 35 e 64 anos. De referir ainda que a taxa de desemprego dessa população de 15 anos e mais é de 2,3%, quase cinco vezes inferior à média nacional, sendo que 51,1% laboram no setor empresarial privado e 23,8% trabalham por conta própria. Outrossim, constatou-se que 37,4% exercem a sua atividade económica no setor informal, sobretudo, os estrangeiros provenientes dos países da CEDEAO, taxa, entretanto, inferior à média nacional (53%).

Contudo, são pouco conhecidos o perfil e as potencialidades da mão-de-obra estrangeira e imigrante que se encontra no mercado de trabalho cabo-verdiano, pelo que se torna necessário aprofundar o nível de conhecimento, de modo a permitir a elaboração de medidas e iniciativas para o real aproveitamento do seu *know-how* para o país.

Neste sentido, a Alta Autoridade para a Imigração (AAI), enquanto organismo público responsável pela área da imigração, com a missão de coordenar e implementar políticas públicas neste domínio, visando a efetiva integração de imigrantes, realiza este estudo sobre a Imigração, Mercado de trabalho e Atividade económica e empresarial em Cabo Verde, no âmbito do Projeto *Coop4Int – Strengthening Migrant Integration through cooperation between Portugal and Cabo Verde*. Trata-se de um projeto implementado pela Agência para a Integração, Migrações e Asilo (AIMA), a Alta Autoridade para a Imigração (AAI), o Instituto Universitário de Lisboa (ISCTE) e o Instituto Politécnico de Bragança (IPB) e conta com o apoio financeiro da União Europeia, contratualizado pelo ICMPD através da *Migration Partnership Facility*.

O objetivo deste estudo é analisar a relação entre a imigração, mercado de trabalho e atividade económica e empresarial em Cabo Verde. De uma forma mais específica, pretende-se:

- Recolher dados sobre a proporção, características, condições e perfil da mão-de-obra estrangeira a laborar no mercado de trabalho nacional, segundo setores de atividade e os concelhos/ilhas de concentração;
- Identificar práticas de recrutamento de mão-de-obra estrangeira existente e os atores envolvidos;
- Descrever as diferentes especialidades laborais da população imigrante e estrangeira no território nacional;
- Examinar a segmentação do mercado de serviços prestados por estrangeiros através da análise de variáveis económicas, demográficas e de consumo;
- Estimar a contribuição e a participação dos estrangeiros e imigrantes, a nível dos investimentos em diferentes setores da economia nacional;
- Conhecer o nível de participação dos imigrantes e estrangeiros nas organizações representativas dos trabalhadores e dos empregadores;
- Identificar as competências técnicas e profissionais (certificadas ou não), bem como as necessidades de formação relevantes para os imigrantes;
- Entender a relação entre atividade profissional e/ou empresarial dos imigrantes e o acesso aos serviços (regularização, educação, saúde, etc.).

O público-alvo deste estudo é integrado pelas comunidades estrangeira e imigrante residentes em Cabo Verde provenientes dos continentes africano, europeu, americano e asiático. O mesmo incidiu sobre os concelhos da Praia, Santa Catarina, São Vicente, Sal e Boavista, que acolhem aproximadamente 87% da comunidade estrangeira e imigrada em Cabo Verde e, bem assim, a esmagadora maioria da atividade económica geradora de emprego por essa população-alvo. Por isso, as informações recolhidas são representativas, relativamente ao conjunto do território nacional.

Com base em técnicas de amostragem numa população finita, calculou-se a dimensão da amostra com um intervalo de confiança de 95% e margem de erro de 3%, representando uma população de 972 pessoas. Todavia, devido a constrangimentos na recolha de dados no terreno, inquiriu-se 902 pessoas, número que não altera a representatividade da amostra.

A distribuição do número de inquiridos foi feita com base no peso da população estimada para cada um dos concelhos, tendo em conta os dados produzidos no âmbito do Inquérito à População Estrangeira e Imigrante em Cabo Verde, de 2023.

Face à inexistência de uma base de sondagem que permita a seleção dos indivíduos por agregado familiar, optou-se por técnicas de recolha de dados que combinam o método itinerante e o *Snowball* (bola de neve/rede), com vista a garantir flexibilidade e eficiência aos trabalhos de terreno. Durante a aplicação dos questionários, nos concelhos/ilhas abrangidos neste estudo, selecionou-se os indivíduos numa ordem de chegada de X a Y, de modo a garantir a aleatoriedade no processo de seleção dos inquiridos no seio da população imigrante e estrangeira. A aplicação do questionário decorreu de 20 de maio a 3 de junho de 2024.

Para a concretização dos objetivos deste estudo, utilizou-se uma abordagem metodológica que combina técnica de pesquisa de natureza quantitativa e qualitativa. Esta opção justifica-se pela necessidade de assegurar a triangulação de fontes de informações, com vista a garantir uma compreensão mais aprofundada e abrangente do fenómeno objeto deste estudo.

No que tange às técnicas quantitativas, utilizou-se, por um lado, o questionário estruturado, que visa a recolha e sistematização de dados primários necessários à construção de uma radiografia rigorosa e consistente do perfil da população imigrante e estrangeira em termos de sua qualificação profissional, forma de recrutamento, inserção no mercado de trabalho, relação que estabelece com associações representativas de categorias profissionais, sua contribuição em termos de rendimento e investimento, bem como a sua perceção sobre os serviços sociais que lhes são prestados.

Por outro, optou-se pela sistematização de dados estatísticos secundários, nomeadamente, os produzidos pelo INE e por outras entidades setoriais como o Ministério das Finanças (Receitas do Estado), o INPS e demais instituições que atuam nesse domínio.

No que se refere às técnicas qualitativas, recorreu-se à análise documental, pretendendo-se, sobretudo, compulsar, de forma exaustiva, informações inseridas nos documentos de referência, tais como: quadro normativo que regula a imigração em Cabo Verde, documentos de política governamental, projetos e programas implementados ou em implementação pelo Ministério da Família, Inclusão e Desenvolvimento Social, através da Alta Autoridade para a Imigração, e por outras entidades cujas atividades de forma direta ou indireta lidam com a população estrangeira e imigrada.

Além disso, recorreu-se à entrevista semiestruturada com o propósito de captar um leque variado de informações que resultam das vivências e práticas de representantes de organizações das comunidades imigradas/estrangeiras, bem como entidades responsáveis pela implementação e coordenação de políticas públicas direcionadas a essa população.

Este estudo encerra dois capítulos, a saber. No primeiro, Contexto Imigratório e Diretrizes Políticas Nacionais e Internacionais em matéria de integração de imigrantes no mercado de trabalho, faz-se uma breve descrição da evolução do fenómeno imigratório em Cabo Verde no decurso das últimas décadas, bem como uma análise das principais orientações políticas em matéria de imigração em Cabo Verde e das diretivas e obrigações internacionais de que Cabo Verde é signatário.

No segundo, Inserção dos Imigrantes no mercado e sua contribuição na atividade económica e empresarial em Cabo Verde, faz-se um escrutínio aprofundado sobre as condições de trabalho das pessoas imigradas/estrangeiras em Cabo Verde, bem como a sua contribuição para a riqueza nacional.

CAPÍTULO 1. CONTEXTO IMIGRATÓRIO E DIRETRIZES POLÍTICAS NACIONAIS E INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE INTEGRAÇÃO DE IMIGRANTES NO MERCADO DE TRABALHO

1.1. BREVE EVOCAÇÃO DO CONTEXTO

A sociedade cabo-verdiana é caracterizada pela intensa mobilidade de pessoas a nível interno e para o estrangeiro. Não obstante permanecer como país em que a emigração cumpre uma função importante na trajetória de vida das pessoas, no decurso das últimas três décadas houve um crescimento do fenómeno imigratório. Crescimento esse impulsionado, por um lado, pela alteração das condições de mobilidade, sobretudo das populações da África Ocidental, ao abrigo dos acordos de livre circulação de pessoas e bens. Por outro, a reconversão da economia de Cabo Verde, assente na diversificação do setor de serviço, sobretudo do comércio, e na aposta do turismo de massa, contribuiu para a fixação de residência no arquipélago de um número cada vez maior de imigrantes dos continentes africano, europeu, asiático e americano, que veem nessas transformações oportunidades para uma melhor inserção no mercado.

Em termos de produção de informações estatísticas sobre a população estrangeira e imigrante em Cabo Verde, o INE, através dos censos decenais, e a AAI, mediante a realização de estudos setoriais, têm produzido uma radiografia sobre as condições de entrada e de permanência, *latu sensu*, da população estrangeira e imigrante no arquipélago.

Os dados compilados no REPEI, tornados públicos em 2023, apontam algumas tendências em relação a vários indicadores sociodemográficos e socioeconómicos. A maioria dessa população (43,7%) reside em Santiago, sendo 38% na cidade da Praia. Seguem-se as ilhas do Sal (21,1%), Boa Vista (12,2%) e São Vicente (11,3%).

A maior parte dos imigrantes é proveniente do continente africano, oriundos da Guiné-Bissau, Senegal, Nigéria e Guiné-Conacri. Seguem-se os originários dos continentes europeu (17,1%), com realce para portugueses, italianos, espanhóis, americanos (8,3%) e asiáticos (4,9%), sobretudo chineses.

No seio da população imigrada/estrangeira, predominam pessoas do sexo masculino (68,3%), com idade média de 37,2 anos e pertencentes à faixa etária 35 a 64 anos (56%). No que tange ao estado civil, constatou-se que 60,9% vivem em união de fato/casado, 20% são divorciados/separados e 18,9% solteiros. Em termos religiosos, a maioria declara que professa o cristianismo (41,3%), seguido do islão (40,1%).

A taxa de alfabetização da população de 15 e mais anos foi estimada em 94,4%, ligeiramente inferior à média nacional (97,5%), sendo o número médio de anos de escolaridade de 9,7.

A taxa de ocupação situa-se em 79,5% e a de desemprego na ordem dos 2,3%, muito abaixo da média nacional, que à época era de 10,3%. Os ramos de atividades económicas dominantes prendem-se com comércio e reparação, alojamento e restauração, construção civil, indústria transformadora, entre outros. Outro aspeto importante a ressaltar é que a esmagadora maioria dos imigrantes (96,2%) tem hábito de remeter dinheiro para o país de origem, sobretudo para seus familiares.

Em termos de condições de vida, especialmente no que se refere ao acesso a serviços básicos essenciais, denota-se que 94% têm eletricidade no seu domicílio, 75,3% possuem ligação à rede pública de água e 94% dos agregados familiares dispõem de sanitas no alojamento.

Ao longo dos últimos anos, o fenómeno migratório em Cabo Verde tem sido objeto de inúmeros estudos de natureza académica. Destacam-se, em particular os trabalhos de investigação de Rocha (2009) intitulado “Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África: xenofobia e racismo em Cabo Verde”, Furtado (2012), “As migrações da África Ocidental em Cabo Verde: atitudes e representações”, Gomes (2013), “Integração Profissional dos Imigrantes Guineenses no Mercado Laboral em Cabo Verde: Estudo de caso dos Carpinteiros na Praia”, Rocha (2014), “Feitiçaria e Mobilidade na África Ocidental: uma etnografia da circulação de kórda, méstris e korderus”, Tavares (2019), “Género e Islão em Cabo Verde: Processos de Conversão das Mulheres ao Islamismo e seus impactos nas dinâmicas familiares”, Canto (2020), “Mobilidades, fronteiras e integração regional: livre circulação de pessoas na CEDEAO? O caso de Cabo Verde”.

Outros trabalhos de consultoria têm-se, igualmente, debruçado sobre o fenómeno migratório na sociedade cabo-verdiana, designadamente: “Identificação das necessidades dos imigrantes no processo de integração em Cabo Verde (Unidade de Coordenação da Imigração e Office Français de l’immigration et de l’intégration (OFII), 2014); “A Imigração da Guiné-Bissau em Cabo Verde” (Alta Autoridade para a Imigração 2022); “Imigração Chinesa em Cabo Verde” (AMICACHI/MFIS, 2018), “A integração social dos imigrantes em Cabo Verde” (AAI, 2024).

1.2. DIRETRIZES POLÍTICAS NACIONAIS EM MATÉRIA DE IMIGRAÇÃO

No decurso das últimas décadas, o Estado de Cabo Verde vem adotando um conjunto de políticas específicas, por forma a pôr em prática vários direitos dos imigrantes consagrados na Constituição da República, nas leis ordinárias e, bem assim, nas convenções internacionais de que o país é signatário.

A Constituição da República garante o respeito pela dignidade da pessoa humana e reconhece a inviolabilidade e inalienabilidade dos direitos humanos como fundamento de toda a comunidade humana, da paz e da justiça, bem como a igualdade perante a lei, estabelecendo que ninguém pode ser privilegiado, beneficiado ou prejudicado, privado de qualquer direito ou isento de qualquer dever em razão de raça, sexo, ascendência, língua, origem, religião, condições sociais e económicas ou convicções políticas ou ideológicas (Cf artigos 1º e 24º da Constituição).

Além disso, estipula que constitui tarefa do Estado “garantir aos estrangeiros que habitem permanente ou transitoriamente em Cabo Verde, ou que estejam em trânsito pelo território nacional, um tratamento compatível com as normas internacionais relativas aos direitos humanos e o exercício dos direitos que não estejam constitucional ou legalmente reservados aos cidadãos cabo-verdianos” (Cf. alínea I do art.º 7º da Constituição).

O Programa do Governo para o horizonte 2021-2026 estabelece um conjunto de medidas de política em matéria de imigração. Assim, tendo em conta o desafio demográfico em razão da redução da taxa de fecundidade, o Governo pretende implementar políticas públicas para atrair de forma seletiva mão de obra e competências que o processo de desenvolvimento de Cabo Verde irá exigir. De uma forma mais específica, no âmbito do programa “Mais Igualdade, Equidade de Género e Inclusão”, o Governo assume o compromisso de:

- Consolidar a estrutura da Alta Autoridade para a Imigração, com a implementação efetiva dos seus órgãos e serviços, e a instalação das Unidades Locais para a Imigração;
- Continuar a investir na promoção da inclusão social dos imigrantes, no combate à discriminação e na implementação do Programa Nacional para Acolhimento e Integração de Migrantes Retornados;
- Implementar, a nível nacional, o sistema de atendimento integrado ao imigrante, promovendo um maior acesso à documentação, regularização e aos demais serviços relevantes para integração social dos imigrantes, e desenvolvendo uma política de proximidade que permita acompanhar e resolver as preocupações e reivindicações das comunidades estrangeiras e imigrantes residentes no país;
- Aprofundar o conhecimento da situação, dinâmicas e tendências migratórias em Cabo Verde e o seu impacto sobre a sociedade e economia cabo-verdianas;
- Reforçar o diálogo com os municípios, visando o desenvolvimento e a implementação de planos municipais/locais de integração de imigrantes e o reforço dos serviços e gabinetes municipais que trabalham com as migrações;
- Promover a cidadania ativa dos imigrantes através do reforço do movimento associativo;

- Desenvolver estratégias direcionadas aos imigrantes em situação vulnerável ou de risco, bem como a prevenção/combate à discriminação em função da cor, nacionalidade, língua, origem étnica ou religião;
- Implementar ações de intercâmbio e informação aos imigrantes sobre a sociedade e cultura cabo-verdianas, incluindo aspetos ligados a práticas religiosas e culturais (ex. mutilação genital, questões de género, casamentos precoces) (Cf. Programa de Governo 2021-2026).

No Plano Estratégico de Desenvolvimento Sustentável (2022-2026), no âmbito do Programa de Proteção Social, estabeleceu-se a meta de garantir o acesso a 80% dos imigrantes aos serviços de regularização, educação e formação, saúde e segurança social.

1.3. DIRETRIZES POLÍTICAS INTERNACIONAIS EM MATÉRIA DE IMIGRAÇÃO

Desde finais da década de 1970, o Estado de Cabo Verde é signatário de várias convenções internacionais que abrangem direitos socioeconómicos e de inserção no mercado de trabalho. No caso específico da população estrangeira/imigrante, referimo-nos às convenções sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial, vigentes no país desde 1979 e proteção dos direitos de todos os trabalhadores migrantes, e membros das suas famílias, em vigor no ordenamento jurídico nacional desde 2003.

A convenção sobre eliminação de todas as formas de discriminação racial estipula que os imigrantes têm: (i) direitos ao trabalho, à livre escolha do trabalho, a condições equitativas e satisfatórias de trabalho, à proteção contra o desemprego, a salário igual para trabalho igual e a uma remuneração equitativa e satisfatória; (ii) direito de fundar sindicatos e de se filiar em sindicatos e direito ao alojamento (Cf alínea e) do número 1 do artigo 5º da Convenção sobre Eliminação de todas as formas de discriminação racial).

A Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias dispõe sobre um leque variado de medidas em defesa dos direitos dos imigrantes, dos quais convém realçar os seguintes:

- b)** Os trabalhadores migrantes devem beneficiar de um tratamento não menos favorável que aquele que é concedido aos nacionais, tais como: trabalho suplementar, horário de trabalho, descanso semanal, férias remuneradas, segurança, saúde, cessação da relação de trabalho e quaisquer outras condições de trabalho. Além disso, outras condições de emprego, como a idade mínima para admissão ao emprego, as restrições ao trabalho doméstico e outras questões que, de acordo com o direito e a prática nacionais, sejam consideradas condições de emprego;
- c)** Garantir que os trabalhadores migrantes não sejam privados dos direitos em razão da irregularidade da sua situação em matéria de permanência ou de emprego;

- d)** Direito a participar em reuniões e atividades de sindicatos e outras associações estabelecidos para proteger os seus interesses económicos, sociais, culturais e outros, com sujeição, apenas, às regras da organização interessada;
- e)** Beneficiar de um tratamento igual ao que é concedido aos nacionais, sem prejuízo das condições impostas pela legislação nacional e pelos tratados bilaterais e multilaterais aplicáveis;
- f)** O direito fundamental de acesso à educação em condições de igualdade de tratamento com os nacionais do Estado interessado;
- g)** Direito de transferir os seus ganhos e as suas poupanças e, nos termos da legislação aplicável, os seus bens e pertences;
- h)** Tratamento igual ao que é concedido aos nacionais em matéria de: acesso a instituições e serviços educativos, serviços de orientação profissional e de colocação, facilidades a instituições de formação e aperfeiçoamento profissional; habitação, incluindo os programas de habitação social e proteção contra a exploração em matéria de arrendamento; serviços sociais e de saúde, participação na vida cultural, entre outros.
- i)** Não serem sujeitos a contribuições ou encargos de qualquer natureza mais elevados ou mais onerosos que os exigidos aos nacionais que se encontrem em situação idêntica;
- j)** Beneficiar de reduções ou isenções de impostos de qualquer natureza, bem como de desagravamento fiscal, incluindo deduções por encargos de família;
- k)** Beneficiar de igualdade de tratamento em relação aos nacionais no que respeita a: proteção contra o despedimento, prestações de desemprego, acesso a programas de interesse público destinados a combater o desemprego, acesso a emprego alternativo no caso de perda do emprego ou de cessação de outra atividade remunerada, nos termos referidos na convenção;
- l)** Eliminar os movimentos e o trabalho ilegais ou clandestinos de trabalhadores migrantes em situação irregular (Cf Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias, Resolução 45/158, de 18 de dezembro de 1990, vigente em Cabo Verde desde 1 de julho de 2003).

Importa referir que não cabe, no escopo do presente estudo, examinar, de forma exaustiva, a operacionalização das diretivas e medidas de políticas supramencionadas, insertas quer nos documentos de referência nacional quer nas convenções internacionais. Todavia, no capítulo seguinte, sempre que necessário e com base nas informações coligidas neste trabalho, far-se-á algumas considerações sobre a observância ou não dessas medidas.

CAPÍTULO 2 . INSERÇÃO DOS IMIGRANTES NO MERCADO E SUA CONTRIBUIÇÃO NA ATIVIDADE ECONÓMICA E EMPRESARIAL EM CABO VERDE

A análise das condições de inserção no mercado de trabalho dos imigrantes assenta no cruzamento de informações coligidas com a aplicação do questionário estruturado e das entrevistas feitas aos representantes das associações dos imigrantes e das principais instituições que formulam e gerem políticas migratórias em Cabo Verde.

No processo de aplicação do questionário deparou-se com várias dificuldades em inquirir diversos grupos populacionais que integram a população imigrada em Cabo Verde, o que implicou o não cumprimento integral da amostra inicialmente definida por concelho, bem como a sobre-representação da população imigrada originária do continente africano. Todavia, estas alterações não colocam em causa a representatividade nacional da amostra.

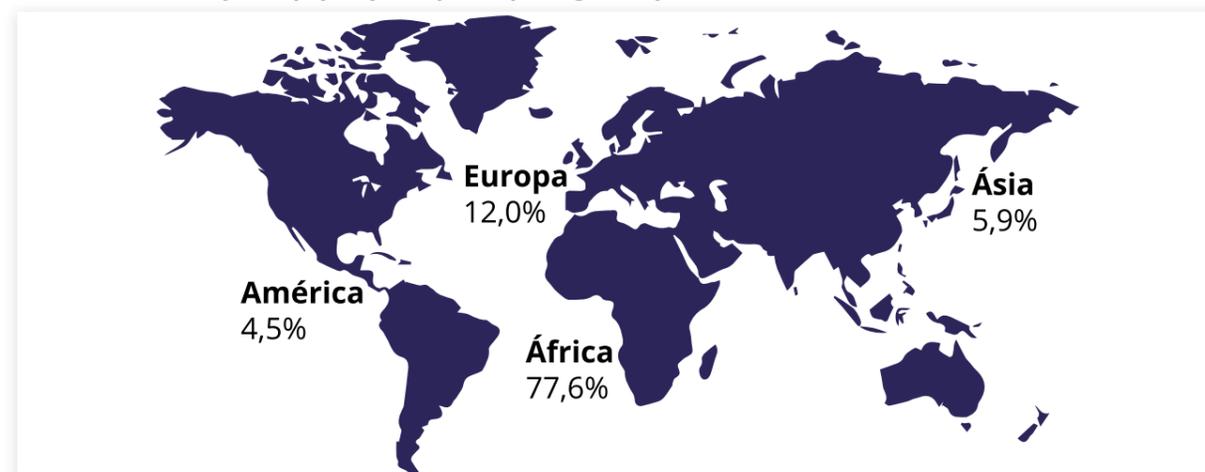
Quadro 1 - Distribuição da amostra

Concelho	Amostra realizada	%
Praia	399	44,2%
Santa Catarina	37	4,1%
Boa Vista	136	15,1%
Sal	193	21,4%
São Vicente	137	15,2%
Cabo Verde	902	100%

Fonte: consultores/ 2024

No universo dos inquiridos, 77,6% são originários do continente africano, 12% da Europa, 5,9% da Ásia e 4,5% da América.

Gráfico 1 - Distribuição da população inquirida por região de proveniência

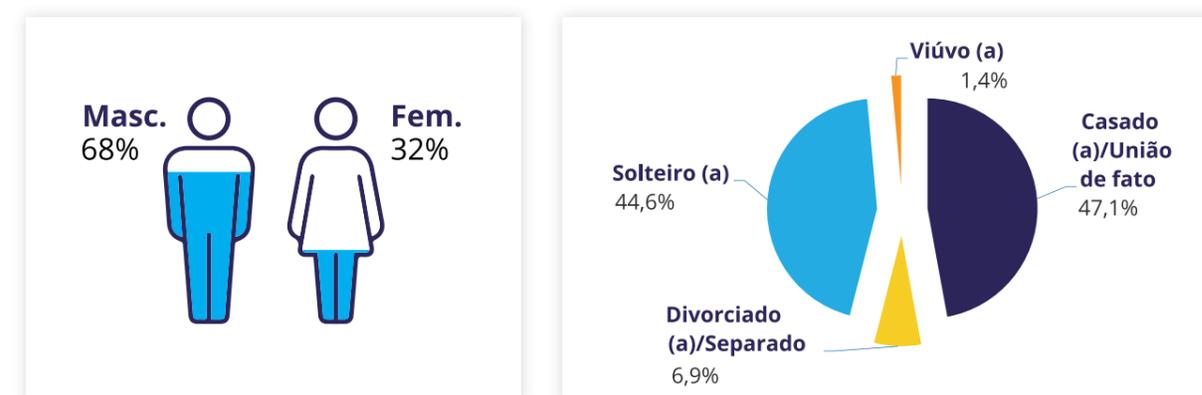


Fonte: consultores/ 2024

2.1. CARATERIZAÇÃO SOCIODEMOGRÁFICA DOS INQUIRIDOS

A maioria dos imigrantes inquiridos pertence ao sexo masculino (68%), com destaque para os chineses (73,6%). Já a presença feminina é mais expressiva entre os imigrantes provenientes da América, atingindo 46,3%. Quanto ao estado civil, observa-se que a maior parte dos respondentes se declara casada/em união de fato (47,1%), enquanto uma proporção significativa afirma ser solteira (44,6%).

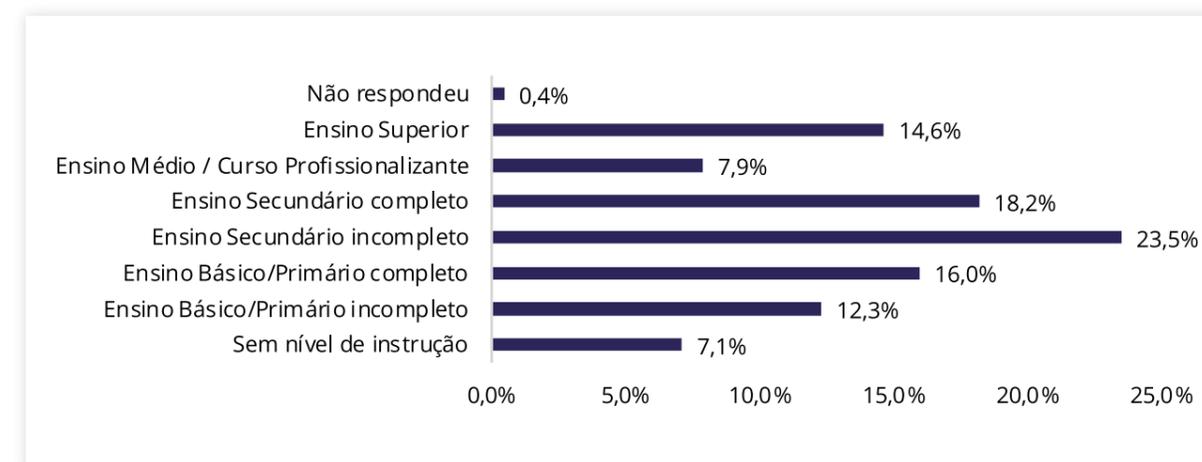
Gráfico 2 - Distribuição dos imigrantes por sexo Gráfico 3 - Distribuição dos imigrantes segundo estado civil



Fonte: Inquérito aos imigrantes /2024

Relativamente ao nível de instrução, nota-se que metade dos imigrantes é habilitada com Ensino Primário/Básico ou Ensino Secundário incompleto, enquanto uma parcela relevante, representando 14,6%, possui formação superior.

Gráfico 4 - Distribuição percentual dos imigrantes segundo nível de escolaridade

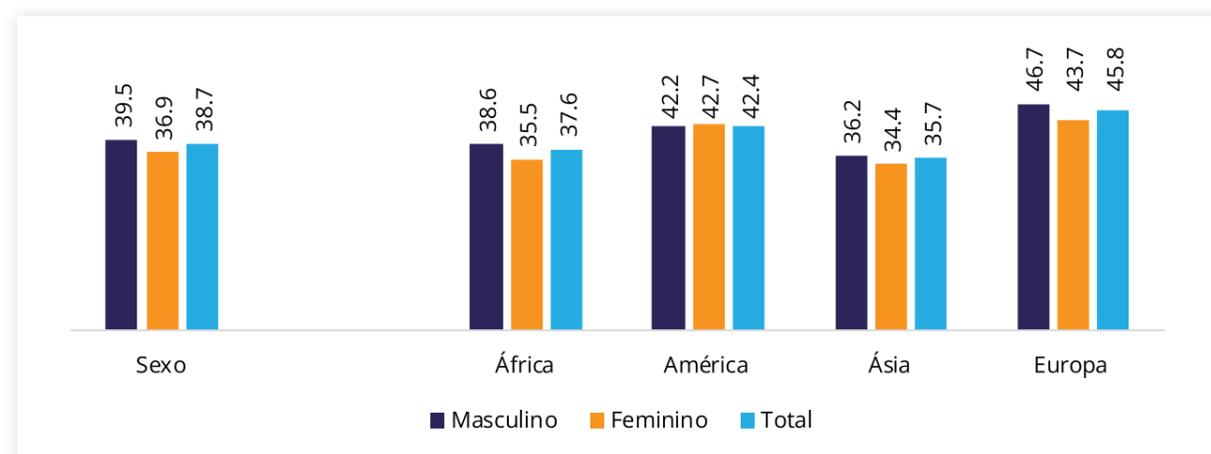


Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

Todavia, o perfil de instrução altera-se em função da região de origem da população imigrada, sendo que os africanos patenteiam menor nível de instrução (77,1% inferior ao Ensino Secundário completo) em comparação com os provindos da Europa, América e China, em que prevalecem pessoas habilitadas com Ensino Secundário e Superior.

A idade média dos imigrantes é de 38,7 anos [37- 44 anos], sendo que 64% têm idades compreendidas entre 35 a 64 anos. De referir que 1 em cada 4 inquiridos é jovem na faixa etária dos 24 a 34 anos. Em geral, a idade média dos asiáticos e africanos (36 anos) é menor que a dos europeus e americanos (44 anos).

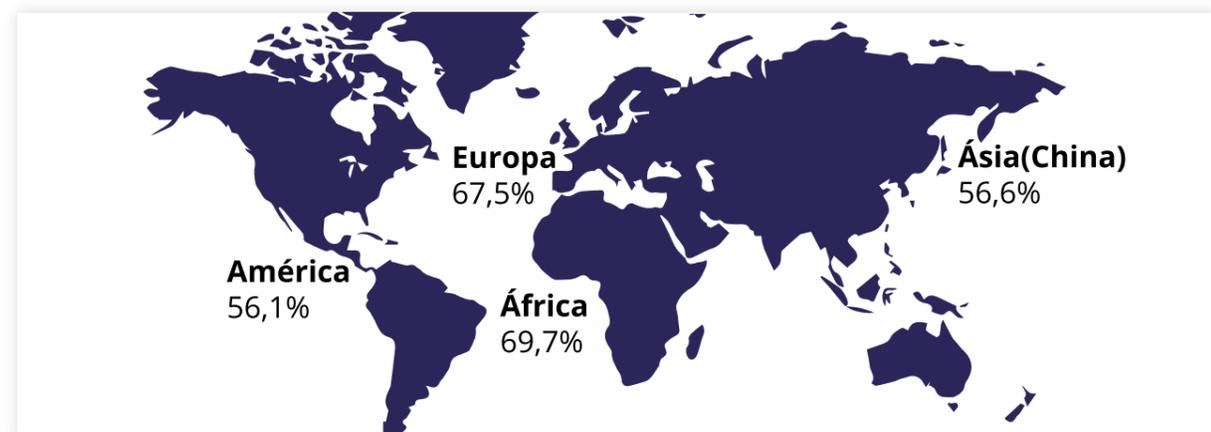
Gráfico 5 - Idade média segundo região de proveniência



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

No que se refere ao número de filhos, verifica-se que 2 em cada 3 imigrantes têm, em média, 2,4 filhos. Contudo, apenas metade (48%) dos filhos reside em Cabo Verde e frequenta o sistema de ensino. Analisando por região de proveniência, observa-se que a proporção de imigrantes com filhos é maior entre os africanos (69,7%) e menor entre os americanos (56,1%) e asiáticos (56,6%).

Gráfico 6 - Situação de prevalência dos filhos dos imigrantes por região de proveniência

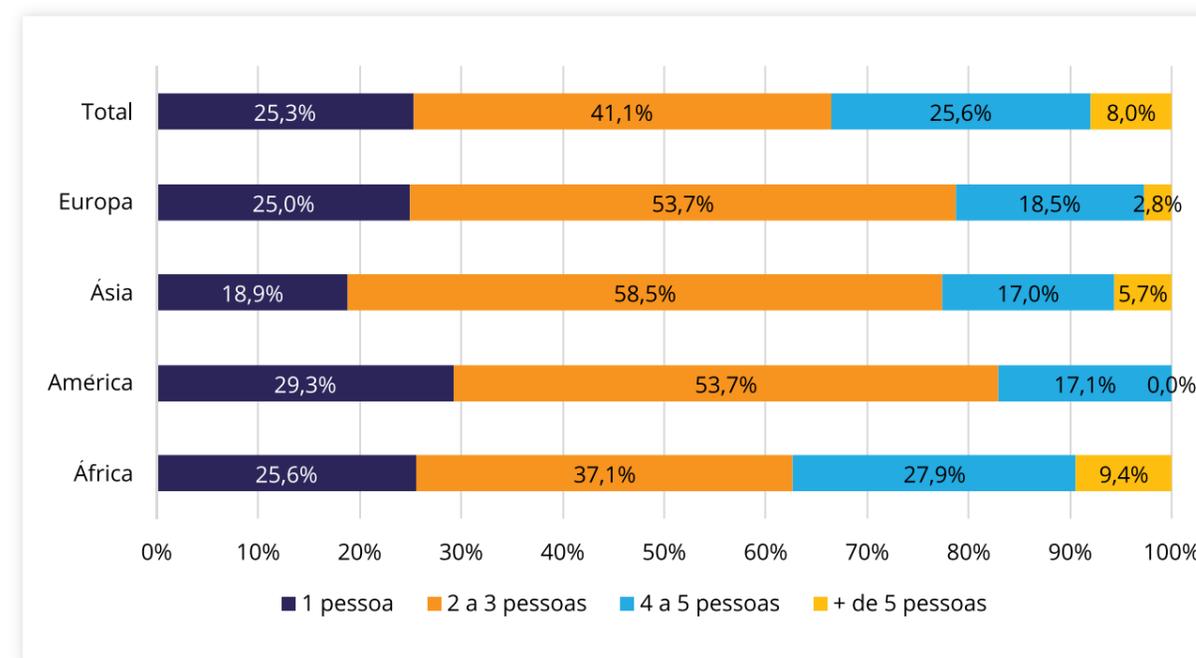


Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

A análise da composição do agregado familiar entre os imigrantes revela diferenças significativas por sexo e região de proveniência. De forma geral, os agregados com 2 a 3 pessoas são predominantes, representando 41,1% do total, sendo mais comuns na Ásia (58,5%) e na América e Europa (53,7% ex aequo).

De referir que os agregados com apenas 1 pessoa correspondem a 25,3%, com destaque para os imigrantes originários da América (29,3%), sendo que os com 4 a 5 pessoas representam 25,6% do total, tendo maior prevalência no seio das pessoas oriundas do continente africano (27,9%). Por sua vez, os agregados com mais de 5 pessoas são os menos frequentes, totalizando 8%, mas com incidência nas pessoas originárias do continente africano (9,4%). A composição do agregado familiar dos imigrantes africanos comporta maior diversidade, pois, integra maior número de pessoas, sobretudo entre os homens. Em termos médios, os resultados revelam que, em geral, os imigrantes vivem em agregados com cerca de 3 pessoas, independentemente do sexo, concelho de residência ou região de origem.

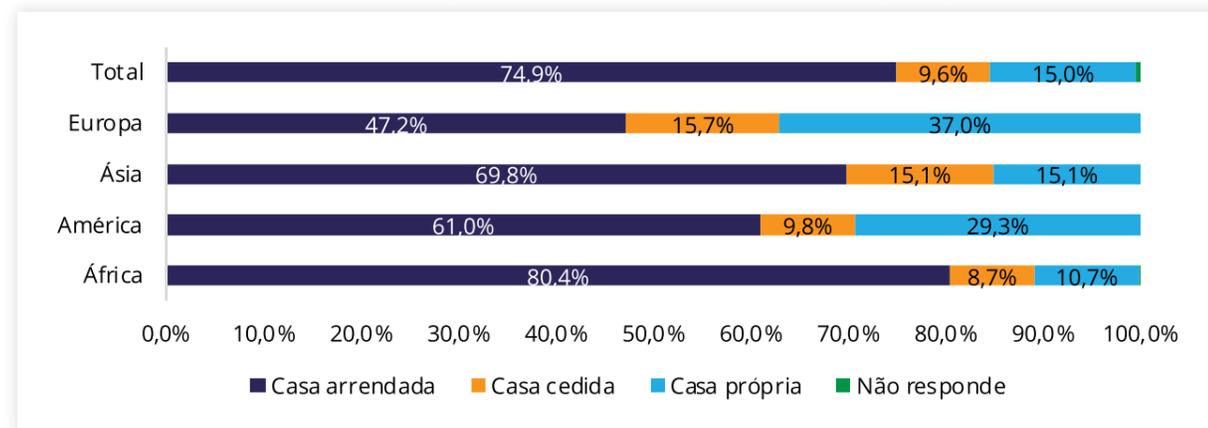
Gráfico 7 - Composição do agregado familiar entre os imigrantes por região de proveniência



Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

A maior parte dos inquiridos (74,9%) reside em casa arrendada, destacando-se os africanos, com uma proporção de 80,4% e, somente, 15% dos inquiridos vivem em casa própria. Analisando por região de origem, constata-se que uma parcela significativa dos europeus (37%) e americanos (29,3%) possui casa própria, contrastando com outras regiões.

Gráfico 8 - Condições de alojamento em que os imigrantes, em Cabo Verde, vivem por região de proveniência



Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

2.2. TEMPO DE RESIDÊNCIA E CONDIÇÃO DE PERMANÊNCIA

Examinando a distribuição de imigrantes em Cabo Verde segundo o tempo de permanência, constata-se diferenças significativas por região e sexo. A maior proporção de imigrantes está na faixa dos 16 a 20 anos (20,4%), seguidas pelas faixas etárias 7 a 10 (16,5%) anos e 4 a 6 (16,2%) anos, evidenciando alguma longevidade dos imigrantes residentes no país.

Entre os imigrantes africanos, os homens concentram-se predominantemente na faixa de 16 a 20 anos (25,9%), enquanto as mulheres apresentam maior proporção na faixa de 11 a 15 anos (22,1%). Ademais, a permanência mais curta (até 1 ano) apresenta as menores proporções para ambos os sexos, sendo 6,9% entre os homens e 4,1% entre as mulheres.

No caso dos imigrantes americanos, verifica-se uma predominância masculina na faixa de 11 a 15 anos (27,3%), enquanto as mulheres destacam-se na de 16 a 20 anos (31,6%). Entre os imigrantes asiáticos, os homens predominam na faixa de 7 a 10 anos (23,1%), ao passo que as mulheres apresentam maior proporção em 4 a 6 anos (28,6%).

No seio dos imigrantes europeus, patenteiam-se, igualmente, diferenças entre os sexos. Entre os homens, a maior proporção está na faixa de 11 a 15 anos (27%), enquanto entre as mulheres há uma distribuição mais equilibrada, com destaque para as faixas de 2 a 3 anos e 4 a 6 anos e 7 a 10 anos (17,6% ex-áqueo).

De modo geral, a permanência de longa duração (mais de 20 anos) é mais frequente entre os homens e americanos (18,2%), africanos (12,6%), sendo em menor proporção entre asiáticos (7,9%) e europeus (9,5%). Esta análise evidencia padrões distintos entre regiões e sexos, refletindo possíveis diferenças nas motivações e circunstâncias dos fluxos migratórios para Cabo Verde.

Quadro 2 - Distribuição de imigrantes por região, segundo tempo de permanência em Cabo Verde

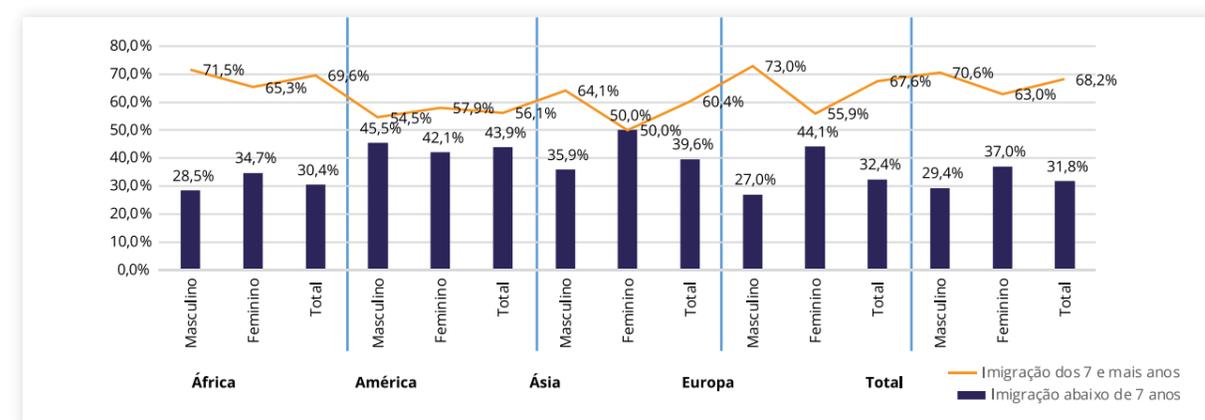
TEMPO DE PERMANÊNCIA	ÁFRICA			AMÉRICA			ÁSIA			EUROPA			TOTAL		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
Até 1 ano	6,9%	4,1%	6,0%	9,1%	5,3%	7,3%	2,6%	7,1%	3,8%	4,1%	8,8%	5,6%	6,4%	4,8%	5,9%
2-3 anos	7,9%	9,9%	8,6%	13,6%	26,3%	19,5%	12,8%	14,3%	13,2%	9,5%	17,6%	12,0%	8,6%	12,1%	9,8%
4-6 anos	13,6%	20,7%	15,9%	22,7%	10,5%	17,1%	20,5%	28,6%	22,6%	13,5%	17,6%	14,8%	14,4%	20,1%	16,2%
7-10 Anos	14,2%	20,3%	16,1%	4,5%	15,8%	9,8%	23,1%	14,3%	20,8%	20,3%	17,6%	19,4%	15,2%	19,4%	16,5%
11-15 anos	18,8%	22,1%	19,9%	27,3%	5,3%	17,1%	17,9%	21,4%	18,9%	27,0%	14,7%	23,1%	20,1%	20,1%	20,1%
16-20 anos	25,9%	13,1%	21,9%	4,5%	31,6%	17,1%	15,4%	14,3%	15,1%	16,2%	11,8%	14,8%	23,3%	14,2%	20,4%
+ de 20 Anos	12,6%	9,9%	11,7%	18,2%	5,3%	12,2%	7,7%	0,0%	5,7%	9,5%	11,8%	10,2%	12,1%	9,3%	11,2%
Total	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%	100,0%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

Numa análise da imigração para Cabo Verde segmentada por tempo de permanência (abaixo de 7 anos e 7 ou mais anos), constata-se padrões distintos entre as regiões e os sexos. Globalmente, os imigrantes com 7 ou mais anos de permanência predominam (68,2%), enquanto a imigração mais recente (menos de 7 anos) corresponde a 31,8%. Essa distribuição reflete a prevalência de imigração de longa duração no país.

Contudo, as regiões da América e da Ásia apresentam maior proporção de imigração recente, especialmente entre as mulheres. Já a imigração de longa duração é mais expressiva entre europeus e africanos, com maior incidência no seio dos homens em quase todas as categorias.

Gráfico 9 - Tempo de permanência por sexo e região de proveniência



Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

As principais razões invocadas pelos imigrantes para se deslocarem a Cabo Verde prendem-se com: (i) busca de melhores condições de vida (47,4%); (ii) melhores oportunidades de emprego (43,2%) e (iii) reagrupamento familiar (27,1%).

Indagados a respeito da sua condição de permanência, denota-se que 83,3% declaram que estão em situação regular, sobretudo americanos, chineses e europeus, e 9,8% afirmam que residem no país de forma irregular, sendo 11,9% africanos. De referir que a permanência regular tende a ser maior no seio dos imigrantes com nível de instrução e idade mais elevados. Ademais, são os imigrantes mais jovens, sobretudo da CEDEAO, que residem no país em situação irregular.

Quadro 3 - Distribuição de imigrantes por região, segundo estatuto permanência em Cabo Verde

VARIÁVEIS	ESTATUTO DE PERMANÊNCIA EM CABO VERDE											
	NÃO RESPONDE		NÃO TENHO QUALQUER AUTORIZAÇÃO		O MEU PROCESSO AGUARDA RESOLUÇÃO NA DEF		TENHO AUTORIZAÇÃO DE RESIDÊNCIA		TENHO NACIONALIDADE		TENHO VISTO DE ESTADIA TEMPORÁRIA	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Região de proveniência												
África	46	6,6%	37	5,3%	60	8,6%	351	50,1%	176	25,1%	30	4,3%
América	0	0,0%	0	0,0%	1	2,4%	22	53,7%	14	34,1%	4	9,8%
Ásia	1	1,9%	0	0,0%	1	1,9%	41	77,4%	7	13,2%	3	5,7%
Europa	3	2,8%	1	,9%	1	,9%	61	56,5%	32	29,6%	10	9,3%
Total	50	5,5%	38	4,2%	63	7,0%	475	52,7%	229	25,4%	47	5,2%

VARIÁVEIS	SITUAÇÃO		
	IRREGULAR	EM PROCESSO	REGULAR
Região de proveniência			
África	11,9%	8,6%	79,6%
América	0,0%	2,4%	97,6%
Ásia	1,9%	1,9%	96,2%
Europa	3,7%	0,9%	95,4%
Total	9,8%	7,0%	83,3%

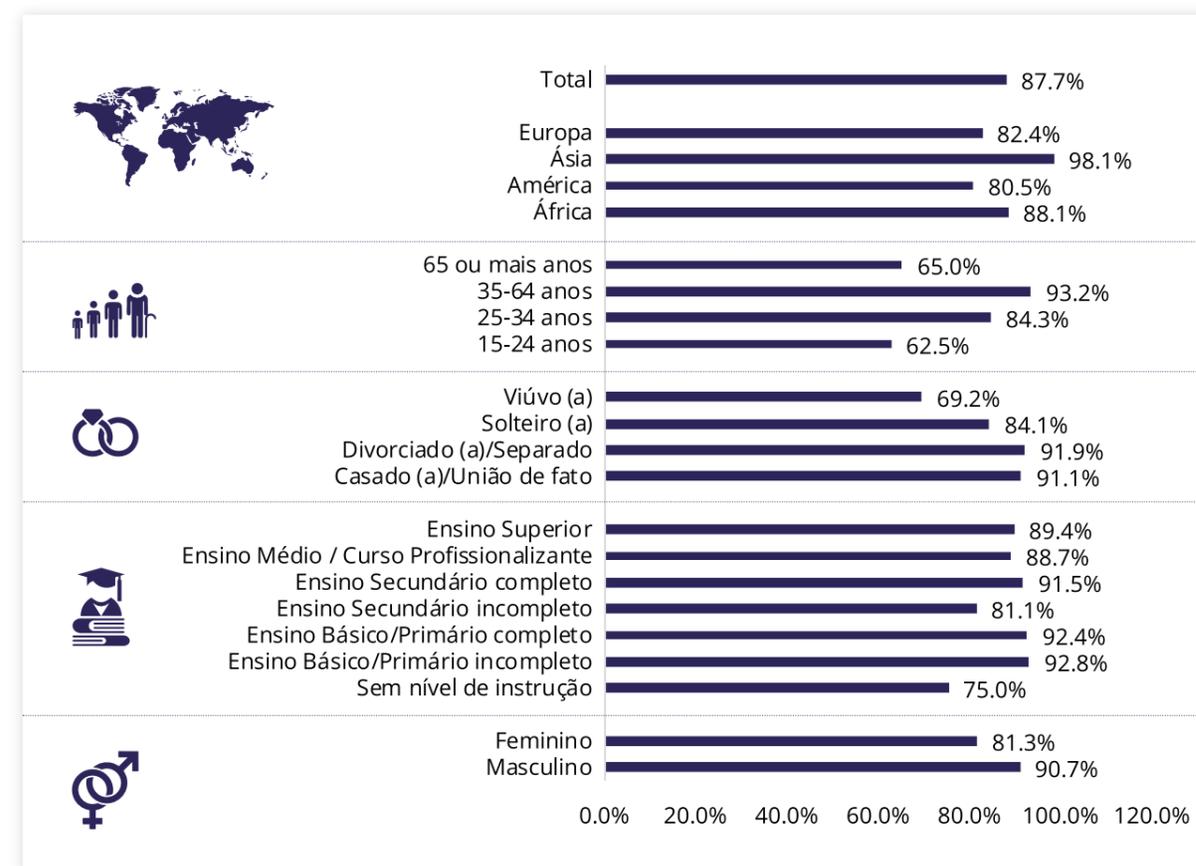
Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.3. SITUAÇÃO FACE AO MERCADO DE TRABALHO

A maioria dos imigrantes declara estar empregada (87,7%), sendo maior no seio dos homens (90,7%) que das mulheres (81,3%), e com maior incidência entre os imigrantes com idades compreendidas entre 25 a 64 anos. De referir que os respondentes casados/união de facto e separados/divorciados apresentam uma taxa de empregabilidade maior.

Por região, constata-se que a proporção das pessoas empregadas é mais elevada no seio dos asiáticos, chineses, (98,1%) e africanos (88,1%). Os inquiridos habilitados com o Ensino Primário/Básico e Ensino Secundário patenteiam elevadas taxas de empregabilidade, sobretudo devido ao trabalho menos qualificado dos imigrantes africanos, cujo peso no conjunto da população imigrada é mais expressivo.

Gráfico 10 - Distribuição dos imigrantes em situação de emprego por sexo, idade, estado civil e região



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

A proporção de pessoas sem emprego é maior entre os imigrantes do sexo feminino (10,4%), africanos (7,6%), solteiros (7,5%) e pessoas sem nível de instrução (21,9%). De entre as principais razões apontadas pelas pessoas que não estavam a trabalhar figuram: a redução da atividade económica (32,7%) e responsabilidades pessoais ou familiares (26,9%).

Se se estimar a taxa de emprego, excluindo do universo do cálculo os estudantes, aposentados e pessoas incapacitadas, ela é de aproximadamente 93%, score superior à média nacional (89%), segundo os dados do INE sobre Estatísticas do Mercado de Trabalho publicados em 2024. Em geral, a taxa de emprego tende a ser maior no seio da população imigrada, uma vez que o leit motiv do fenómeno imigratório é a busca de melhoria das condições de vida, cujo propósito é a obtenção de um emprego.

Perguntados sobre a frequência à formação profissional, nota-se que 8 em cada 10 asseguram que nunca a frequentaram, sobretudo os chineses (92,5%) e africanos (82,7%). Somente 13% dos respondentes dizem que participaram em ações de formação profissional, com realce para os americanos (29,3%) e jovens com idades entre 25 a

34 anos. Ademais, a proporção dos entrevistados que está a frequentar a formação profissional é 4,5%, com maior presença dos americanos (14,6%).

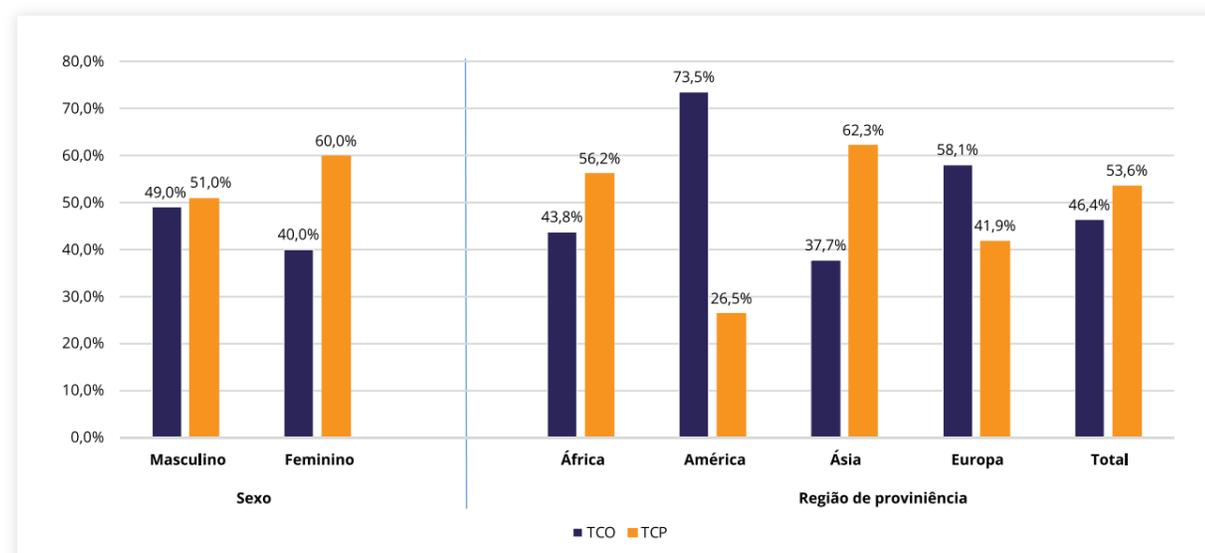
A maioria dos representantes das associações dos imigrantes considera que a fraca adesão à formação profissional resulta da combinação de alguns fatores, designadamente o baixo nível de instrução e a enorme dificuldade em conciliarem o trabalho diário com as oportunidades de formação profissional. Ademais, apontam que muitos imigrantes, sobretudo africanos, cujas remunerações são em geral mais baixas, consideram que a frequência à formação profissional, nos moldes como está estruturada, implicaria perda de rendimento, pois, teriam de se ausentar temporariamente do trabalho.

2.3.1. FORMAS DE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A maioria dos imigrantes em Cabo Verde encontra-se inserida no mercado de trabalho na modalidade “conta própria” (TCP), representando 53,6% do total, sendo mais significativa no seio das mulheres (60%) que no dos homens (51%).

No que se refere à região de proveniência, verifica-se uma forte predominância de TCP entre os imigrantes asiáticos (62,3%) e africanos (56,2%), o que indica uma maior propensão para o autoemprego entre estes grupos. Por sua vez, os imigrantes oriundos da América e da Europa inserem-se no mercado de trabalho em maior proporção na modalidade “conta de outrem”, com 73,5% e 58,1%, respetivamente. Isto evidencia uma clara tendência de segmentação do mercado de trabalho imigrante em Cabo Verde em que o sexo e a origem geográfica influenciam fortemente a forma de inserção profissional

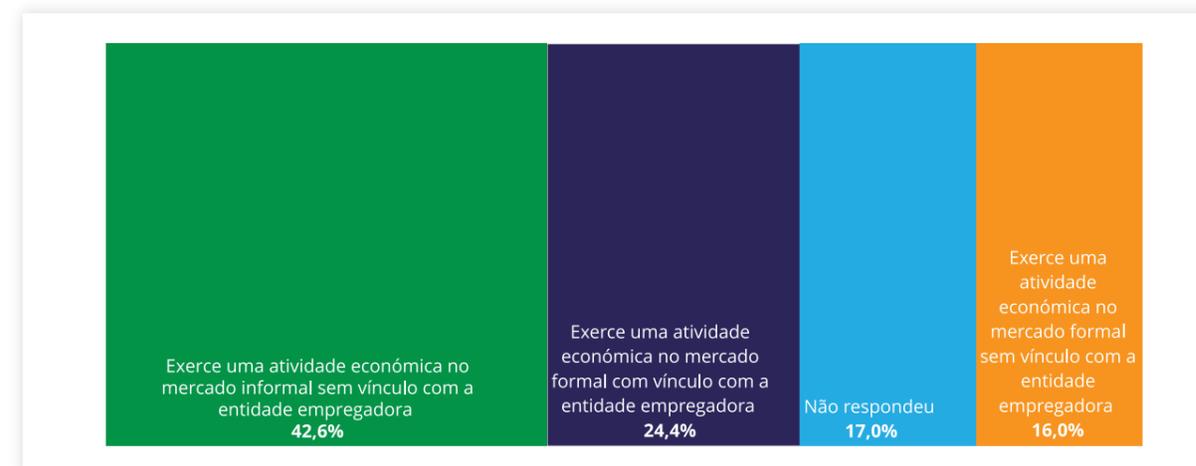
Gráfico 11 - Distribuição percentual dos imigrantes em Cabo Verde, segundo modalidade de inserção no mercado de trabalho, sexo e região de proveniência



Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

No universo dos imigrantes que trabalham por conta própria, verifica-se que 42,6% laboram no mercado informal sem vínculo contratual, 24,4% exercem uma atividade no mercado formal com vínculo com a entidade empregadora e 16% atuam no mercado formal, entretanto, sem nenhum tipo de vínculo contratual. De realçar que uma parcela relevante (17%) dos inquiridos não responde, o que pode significar que, provavelmente, trabalha em situação de informalidade.

Gráfico 12 - Modalidade de inserção no mercado de trabalho dos imigrantes que trabalham por conta própria em Cabo Verde



Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

Os imigrantes que trabalham por conta própria provenientes da Europa, América e Ásia fazem-no em maior percentagem em situação de formalidade em comparação com os originários do continente africano em que predominam empregos informais.

No que se refere aos imigrantes que trabalham por conta de outrem, verifica-se que 78% declaram que possuem vínculo contratual com a entidade empregadora, com realce para os americanos, asiáticos e europeus. De ressaltar que 14% sequer tem vínculo contratual e 8,1% não respondem, o que significa que potencialmente 1 em cada 5 trabalhadores labora em situação ilegal, se se adicionar os “sem contrato” com as “não respostas”. A ilegalidade na relação contratual atinge, sobretudo, os africanos.

Quadro 4 - Distribuição dos imigrantes que trabalham por conta de outrem, por tipo de vínculo contratual, segundo variáveis sociodemográficas

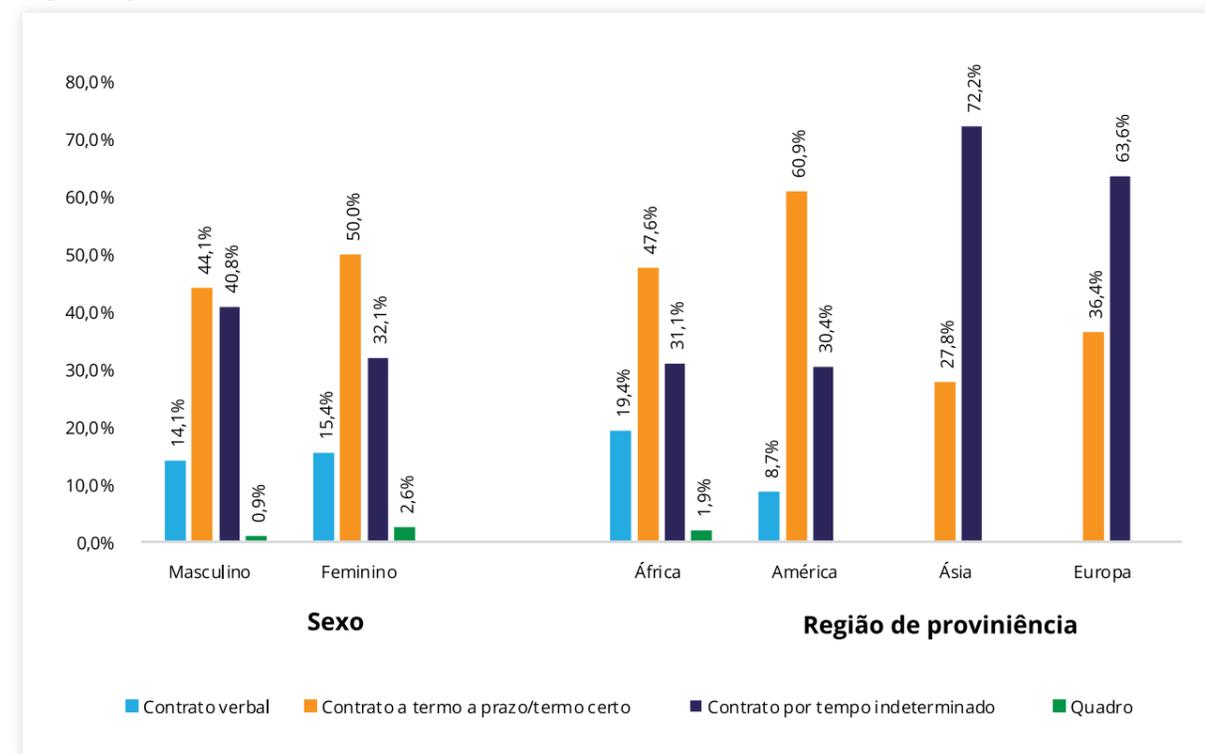
VARIÁVEIS	TEM UM VÍNCULO CONTRATUAL COM A SUA ENTIDADE EMPREGADORA?					
	SIM		NÃO		NÃO RESPONDEU	
	TOTAL	%LIN	TOTAL	%LIN	TOTAL	%LIN
Sexo						
Masculino	213	77,5%	37	13,5%	25	9,1%
Feminino	78	79,6%	15	15,3%	5	5,1%

Concelho						
Boa Vista	66	83,5%	8	10,1%	5	6,3%
Praia	99	70,2%	26	18,4%	16	11,3%
Sal	79	81,4%	13	13,4%	5	5,2%
Santa Catarina	7	87,5%	0	0,0%	1	12,5%
São Vicente	40	83,3%	5	10,4%	3	6,3%
Região de proveniência						
África	206	75,2%	45	16,4%	23	8,4%
América	23	92,0%	0	0,0%	2	8,0%
Ásia	18	90,0%	2	10,0%	0	0,0%
Europa	44	81,5%	5	9,3%	5	9,3%
Faixa etária						
15-24 anos	16	55,2%	8	27,6%	5	17,2%
25-34 anos	77	80,2%	12	12,5%	7	7,3%
35-64 anos	196	80,0%	31	12,7%	18	7,3%
65 ou mais anos	2	66,7%	1	33,3%	0	0,0%
Nível de instrução						
Sem nível de instrução	7	53,8%	4	30,8%	2	15,4%
Ensino Básico/Primário incompleto	23	53,5%	12	27,9%	8	18,6%
Ensino Básico/Primário completo	44	80,0%	8	14,5%	3	5,5%
Ensino Secundário incompleto	60	73,2%	14	17,1%	8	9,8%
Ensino Secundário completo	59	85,5%	8	11,6%	2	2,9%
Ensino Médio / Curso Profissionalizante	24	77,4%	5	16,1%	2	6,5%
Ensino Superior	73	92,4%	1	1,3%	5	6,3%
Total	290	78,0%	52	14,0%	30	8,1%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

Em relação à modalidade contratual, nota-se que quase metade (45,9%) possui contrato a termo certo e 38,3% são detentores de um contrato por tempo indeterminado, com relevo para os asiáticos e europeus. Importa referir que 14,5% declaram que laboram na base de um contrato verbal (oral), representando os africanos 95,2% do universo dos trabalhadores nessa condição. Trata-se de uma situação que viola as disposições legais do Código de Trabalho vigente no país, que estipula a obrigatoriedade do vínculo contratual nas relações de trabalho, sobretudo com a população estrangeira/imigrada.

Gráfico 13 - Distribuição dos imigrantes que trabalham por conta de outrem, segundo vínculo contratual, sexo e região de proveniência



Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

Tendo em conta a forma de inserção no mercado de trabalho e o tipo de vínculo que os imigrantes mantêm com a entidade empregadora, estima-se que aproximadamente 58,3% dos imigrantes laboram numa situação de informalidade, proporção ligeiramente superior à média nacional, 52,7% (IMC,2022). Entende-se por trabalho informal “todas as atividades económicas realizadas por trabalhadores e por unidades económicas que não sejam – ao abrigo da lei ou na prática – abrangidas ou beneficiem de cobertura insuficiente por sistemas formais” (Cf. Recomendação n.º 204 da OIT sobre a Transição da Economia Informal para a Economia Formal, de 2015).

Na opinião das lideranças das organizações representativas dos imigrantes africanos, a informalidade atinge de forma intensiva os imigrantes africanos, devido a um conjunto de fatores, sobretudo o baixo nível de instrução e o fraco nível de qualificação profissional. Além disso, apontam que muitos empregadores não cumprem o estipulado na lei laboral e, amiúde, fazem ameaças de despedimento aos trabalhadores, caso estes exijam a formalização da relação de trabalho. Outrossim, consideram que existe um défice de fiscalização por parte da Inspeção Geral do Trabalho, o que contribui para práticas laborais arbitrárias por parte dos empregadores.

2.3.2. SALÁRIO MÉDIO E DESPESA DE CONSUMO

2.3.2.1. SALÁRIO E DESPESA DOS IMIGRANTES TRABALHADORES POR CONTA DE OUTREM (TCO)

De forma geral, o salário médio dos imigrantes que trabalham por conta de outrem é de 48.557,03 CVE, sendo superior para homens (50.130,40 CVE contra 44.128,87 CVE das mulheres), indicando uma disparidade de género em termos de rendimentos declarados. Essa assimetria de aproximadamente 13,5% a favor dos homens deve-se, provavelmente, a vários fatores, como acesso desigual a oportunidades de emprego, discriminação salarial, diferenças na ocupação, setores de atividades económicas e, bem assim, a desigual distribuição de tarefas familiares que, na maioria das vezes, recai mais sobre as mulheres.

Quadro 5 - Distribuição do rendimento/salário médio mensal por sexo, idade, nível de instrução e origem de proveniência

VARIÁVEIS SOCIO-DEMOGRÁFICAS	POR CONTA DE OUTREM			POR CONTA PRÓPRIA			TOTAL		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA
Região de proveniência									
África	35 709,615	30 907,692	34 566,300	37 747,137	36 809,735	37 435,588	36 772,874	34 654,494	36 157,749
América	101 038,462	65 458,333	83 960,000	83 000,000	56 000,000	68 000,000	96 794,118	62 676,471	79 735,294
Ásia	62 933,333	41 125,000	58 342,105	55 363,636	62 700,000	57 656,250	58 432,432	56 535,714	57 911,765
Europa	106 276,316	82 593,750	99 259,259	92 944,444	80 000,000	88 961,538	100 738,462	81 482,143	94 940,860
Faixa etária									
15-24 anos	29 357,143	26 428,571	28 625,000	18 916,667	30 187,500	23 425,000	25 560,606	28 433,333	26 458,333
25-34 anos	42 086,957	33 722,222	39 734,375	42 102,041	39 510,000	40 937,079	42 093,220	37 177,612	40 312,973
35-64 anos	54 762,983	50 555,556	53 676,639	47 194,787	45 259,551	46 620,667	50 689,286	47 454,605	49 785,478
65 ou mais anos	97 000,000		97 000,000	47 500,000	58 833,333	50 590,909	61 000,000	58 833,333	60 535,714
Nível de instrução									
Sem nível de instrução	22 072,727	18 000,000	21 446,154	24 604,167	32 875,000	26 671,875	23 808,571	29 900,000	25 162,222
Ensino Básico/ Primário incompleto	28 229,730	23 750,000	27 604,651	29 512,821	31 000,000	30 033,333	28 888,158	29 388,889	29 019,417
Ensino Básico/ Primário completo	31 300,000	26 526,316	29 650,909	37 405,769	34 109,091	36 425,676	34 907,955	30 595,122	33 537,209
Ensino Secundário incompleto	33 717,742	33 100,000	33 567,073	42 119,565	39 045,455	40 616,667	37 296,296	37 187,500	37 255,814
Ensino Secundário completo	45 063,830	42 666,667	44 323,529	45 639,344	48 134,783	46 322,619	45 388,889	45 525,000	45 428,289
Ensino Médio / Curso Profissionalizante	61 159,091	35 222,222	53 629,032	59 362,069	62 000,000	59 750,000	60 137,255	44 785,714	56 830,769
Ensino Superior	98 577,586	86 150,000	95 391,026	91 425,926	75 562,500	85 523,256	96 305,882	81 444,444	91 884,298
Total	50 130,403	44 128,866	48 557,027	45 316,906	43 226,619	44 620,144	47 701,815	43 597,458	46 471,029

Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

De acordo com os dados coligidos, constata-se que os imigrantes oriundos da Europa ostentam salários médios mais elevados (99.259,26 CVE), seguidos pelos da América (83.960,00 CVE). Os provenientes da Ásia têm um salário médio de 58.342,11 CVE, enquanto os da África apresentam os rendimentos mais baixos, com uma média de 34.566,30 CVE.

Escrutinando os dados por faixa etária, denota-se que os imigrantes na faixa etária de 65 anos ou mais apresentam maior salário médio (97.000 CVE). A faixa 35-64 anos também apresenta salários médios relativamente altos (53.676,64 CVE), seguida pela faixa 25-34 anos (39.734,38 CVE). Os trabalhadores mais jovens, com idades entre 15-24 anos, recebem menor salário médio (28.625,00 CVE), refletindo, possivelmente, sua menor experiência e inserção no mercado de trabalho.

O nível de instrução é um dos fatores determinantes na diferenciação de rendimentos entre os indivíduos. Os imigrantes habilitados com Ensino Superior apresentam os salários médios mais altos (95.391,03 CVE), seguidos por aqueles com Ensino Médio ou curso profissionalizante (53.629,03 CVE). Os imigrantes habilitados com Ensino Básico Completo recebem uma média de 29.650,91 CVE, enquanto aqueles sem nenhum nível de instrução têm os salários mais baixos, com uma média de 21.446,15 CVE. Isso reforça a existência de uma correlação positiva entre qualificação educacional e o nível de salário.

Os dados acima referidos apontam que os salários dos imigrantes que trabalham por conta de outrem em Cabo Verde refletem, não apenas as condições do mercado de trabalho, mas também disparidades regionais em função da proveniência do imigrante e de género. Ademais, nota-se a forte influência do nível de instrução e experiência profissional dos europeus e americanos na obtenção de melhores remunerações, contrariamente a uma franja relevante dos africanos que auferem salários mais baixos na sua inserção no mercado de trabalho.

No que tange à relação entre o rendimento (o que ganham) e as despesas dos imigrantes que trabalham por conta de outrem, verifica-se um padrão interessante de consumo e poupança. De acordo com os resultados, os imigrantes despendem, em média, 63,6% do que ganham, o que sugere uma capacidade média de poupança de 36,4% dos seus rendimentos.

Essa taxa de poupança potencial é relativamente alta, indicando que perto de 2/3 dos imigrantes conseguem equilibrar as suas despesas com os rendimentos obtidos, possivelmente priorizando gastos essenciais e adotando estratégias financeiras para economizar. Além disso, o comportamento de poupança pode ser influenciado por objetivos de curto, longo e médio prazos, como remessas para familiares em seus países de origem, investimentos futuros ou mesmo a criação de economias para fazer face a situações de emergência no país de acolhimento.

Em geral, a capacidade de poupança varia com o nível de escolarização dos inquiridos e tende a ser maior entre os inquiridos nos dois extremos etários – os mais jovens (15 a 24 anos) e pessoas com mais de 65 anos. A capacidade de poupança declarada propende a ser maior no seio dos americanos (46,1%) e europeus (39,1%) e menor no seio dos africanos (31,2%).

Quadro 6 - Relação salário e despesa dos imigrantes que trabalham por conta de outrem

VARIÁVEIS DE CRUZAMENTO	MÉDIA DE SALÁRIO TCO			MÉDIA DE DESPESAS TCO			RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS E O RENDIMENTO MENSAL NOS TCO			NÍVEL DE POUPANÇA TCO			Gráfico
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	
Região de proveniência													
África	35 709,62	30 907,69	34 566,30	24 437,20	21 655,38	23 772,43	68,4%	70,1%	68,8%	31,6%	29,9%	31,2%	31,2%
América	101 038,46	65 458,33	83 960,00	53 923,08	35 833,33	45 240,00	53,4%	54,7%	53,9%	46,6%	45,3%	46,1%	46,1%
Ásia	62 933,33	41 125,00	58 342,11	38 200,00	25 500,00	35 526,32	60,7%	62,0%	60,9%	39,3%	38,0%	39,1%	39,1%
Europa	106 276,32	82 593,75	99 259,26	62 434,21	47 500,00	58 009,26	58,7%	57,5%	58,4%	41,3%	42,5%	41,6%	41,6%
Faixa etária													
15-24 anos	29 357,14	26 428,57	28 625,00	15 904,76	16 857,14	16 142,86	54,2%	63,8%	56,4%	45,8%	36,2%	43,6%	43,6%
25-34 anos	42 086,96	33 722,22	39 734,38	24 022,06	24 837,04	24 253,68	57,1%	73,7%	61,0%	42,9%	26,3%	39,0%	39,0%
35-64 anos	54 762,98	50 555,56	53 676,64	36 395,03	30 333,33	34 829,92	66,5%	60,0%	64,9%	33,5%	40,0%	35,1%	35,1%
65 ou mais anos	97 000,00		97 000,00	50000,00		50000,00	51,5%		51,5%	48,5%	100,0%	48,5%	48,5%
Nível de instrução													
Sem nível de instrução	22 072,73	18 000,00	21 446,15	17 090,91	18 000,00	17 230,77	77,4%	100,0%	80,3%	22,6%	0,0%	19,7%	19,7%
Ensino Básico/ Primário incompleto	28 229,73	23 750,00	27 604,65	20 540,54	19 166,67	20 348,84	72,8%	80,7%	73,7%	27,2%	19,3%	26,3%	26,3%
Ensino Básico/ Primário completo	31 300,00	26 526,32	29 650,91	20 000,00	20 978,95	20 338,18	63,9%	79,1%	68,6%	36,1%	20,9%	31,4%	31,4%
Ensino Secundário incompleto	33 717,74	33 100,00	33 567,07	24 614,75	24 250,00	24 524,69	73,0%	73,3%	73,1%	27,0%	26,7%	26,9%	26,9%
Ensino Secundário completo	45 063,83	42 666,67	44 323,53	28 765,96	30 380,95	29 264,71	63,8%	71,2%	66,0%	36,2%	28,8%	34,0%	34,0%
Ensino Médio / Curso Profissionalizante	61 159,09	35 222,22	53 629,03	39 545,45	22 222,22	34 516,13	64,7%	63,1%	64,4%	35,3%	36,9%	35,6%	35,6%
Ensino Superior	98 577,59	86 150,00	95 391,03	56 870,69	41 350,00	52 891,03	57,7%	48,0%	55,4%	42,3%	52,0%	44,6%	44,6%
Total	50 130,40	44 128,87	48 557,03	31948,53	27 830,93	30 866,12	63,7%	63,1%	63,6%	36,3%	36,9%	36,4%	36,4%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

2.3.2.2. SALÁRIO E DESPESA DOS IMIGRANTES QUE TRABALHAM POR CONTA PRÓPRIA (TCP)

Os imigrantes que laboram por conta própria declaram que ganham em média 44.620,14 CVE, montante inferior ao daqueles que trabalham por conta de outrem (48. 557,03 CVE), sendo ligeiramente maior no seio dos homens (45.316,90 CVE) contra 43.226,00 CVE das mulheres.

Essa diferença sugere que, em média, os imigrantes por conta de outrem têm acesso a remunerações ligeiramente mais elevadas, possivelmente devido a maior estabilidade contratual ou benefícios associados ao vínculo laboral. Contudo, ao aprofundar a análise com base em diferentes fatores, nota-se que as características demográficas e de formação também influenciam significativamente os rendimentos de ambas as categorias.

À semelhança dos que trabalham por conta de outrem, a média salarial dos TCP tende a ser maior no meio dos inquiridos com maior nível de instrução e atinentes às faixas etárias mais elevadas. Além disso, prevalece a tendência segundo a qual os europeus recebem um salário médio mais alto (88.961,53 CVE), ou seja, mais de duas vezes e meia superior ao dos africanos (37.435,58 CVE).

Este resultado destaca a importância da qualificação e da proveniência geográfica dos imigrantes como fatores importantes para a determinação dos rendimentos, além de apontarem disparidades de género e idade.

Quadro 7 - Salário médio dos imigrantes que trabalham por conta própria

VARIÁVEIS SOCIO-DEMOGRÁFICAS	POR CONTA DE OUTREM			POR CONTA PRÓPRIA			TOTAL		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA
Região de proveniência									
África	35 709,615	30 907,692	34 566,300	37 747,137	36 809,735	37 435,588	36 772,874	34 654,494	36 157,749
América	101 038,462	65 458,333	83 960,000	83 000,000	56 000,000	68 000,000	96 794,118	62 676,471	79 735,294
Ásia	62 933,333	41 125,000	58 342,105	55 363,636	62 700,000	57 656,250	58 432,432	56 535,714	57 911,765
Europa	106 276,316	82 593,750	99 259,259	92 944,444	80 000,000	88 961,538	100 738,462	81 482,143	94 940,860
Faixa etária									
15-24 anos	29 357,143	26 428,571	28 625,000	18 916,667	30 187,500	23 425,000	25 560,606	28 433,333	26 458,333
25-34 anos	42 086,957	33 722,222	39 734,375	42 102,041	39 510,000	40 937,079	42 093,220	37 177,612	40 312,973
35-64 anos	54 762,983	50 555,556	53 676,639	47 194,787	45 259,551	46 620,667	50 689,286	47 454,605	49 785,478
65 ou mais anos	97 000,000		97 000,000	47 500,000	58 833,333	50 590,909	61 000,000	58 833,333	60 535,714
Nível de instrução									
Sem nível de instrução	22 072,727	18 000,000	21 446,154	24 604,167	32 875,000	26 671,875	23 808,571	29 900,000	25 162,222
Ensino Básico/ Primário incompleto	28 229,730	23 750,000	27 604,651	29 512,821	31 000,000	30 033,333	28 888,158	29 388,889	29 019,417
Ensino Básico/ Primário completo	31 300,000	26 526,316	29 650,909	37 405,769	34 109,091	36 425,676	34 907,955	30 595,122	33 537,209
Ensino Secundário incompleto	33 717,742	33 100,000	33 567,073	42 119,565	39 045,455	40 616,667	37 296,296	37 187,500	37 255,814
Ensino Secundário completo	45 063,830	42 666,667	44 323,529	45 639,344	48 134,783	46 322,619	45 388,889	45 525,000	45 428,289
Ensino Médio / Curso Profissionalizante	61 159,091	35 222,222	53 629,032	59 362,069	62 000,000	59 750,000	60 137,255	44 785,714	56 830,769

VARIÁVEIS SOCIO-DEMOGRÁFICAS	POR CONTA DE OUTREM			POR CONTA PRÓPRIA			TOTAL		
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL
	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA
Ensino Superior	98 577,586	86 150,000	95 391,026	91 425,926	75 562,500	85 523,256	96 305,882	81 444,444	91 884,298
Total	50 130,403	44 128,866	48 557,027	45 316,906	43 226,619	44 620,144	47 701,815	43 597,458	46 471,029

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

No que tange à capacidade de poupança declarada dos imigrantes que trabalham por conta própria, denota-se que é de 23,2%, aproximadamente 13 pontos percentuais inferior à dos trabalhadores por conta de outrem (36,4%). A poupança propende a ser maior nos homens, nas pessoas com maior nível de instrução e no seio dos americanos e europeus.

Quadro 8 - Despesa média dos imigrantes que trabalham por conta própria

VARIÁVEIS DE CRUZAMENTO	MÉDIA DE SALÁRIO TCP			MÉDIA DE DESPESAS			RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS E O RENDIMENTO MENSAL NOS TCPS			NÍVEL DE POUPANÇA			GRÁFICO
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	
Região de proveniência													
África	37 747,14	36 809,73	37 435,59	28 968,75	29 418,10	29 108,87	76,7%	79,9%	77,8%	23,3%	20,1%	22,2%	22,2%
América	83 000,00	56 000,00	68 000,00	43 750,00	42 000,00	42 777,78	52,7%	75,0%	62,9%	47,3%	25,0%	37,1%	37,1%
Ásia	55 363,64	62 700,00	57 656,25	43 652,17	47 900,00	44 939,39	78,8%	76,4%	77,9%	21,2%	23,6%	22,1%	22,1%
Europa	92 944,44	80 000,00	88 961,54	69 290,32	59 769,23	66 477,27	74,6%	74,7%	74,7%	25,4%	25,3%	25,3%	25,3%
Faixa etária													
15-24 anos	18916,67	30187,5	23425,00	14066,67	22625,00	17043,48	74,4%	74,9%	72,8%	25,6%	25,1%	27,2%	27,2%
25-34 anos	42102,04	39510	40937,08	28758,62	29375,00	29010,20	68,3%	74,3%	70,9%	31,7%	25,7%	29,1%	29,1%
35-64 anos	47194,79	45259,55	46620,67	36579,40	36801,08	36642,64	77,5%	81,3%	78,6%	22,5%	18,7%	21,4%	21,4%
65 ou mais anos	47500	58833,33333	50590,90909	42625,00	33333,33333	40090,91	89,7%	56,7%	79,2%	10,3%	43,3%	20,8%	20,8%
Nível de instrução													
Sem nível de instrução	24 604,17	32 875,00	26 671,88	20 000,00	25 250,00	21 312,50	81,3%	76,8%	79,9%	18,7%	23,2%	20,1%	20,1%
Ensino Básico/Primário incompleto	29 512,82	31 000,00	30 033,33	22 450,00	27 309,52	24 122,95	76,1%	88,1%	80,3%	23,9%	11,9%	19,7%	19,7%
Ensino Básico/Primário completo	37 405,77	34 109,09	36 425,68	28 745,76	23 826,09	27 365,85	76,8%	69,9%	75,1%	23,2%	30,1%	24,9%	24,9%
Ensino Secundário incompleto	42 119,57	39 045,45	40 616,67	31 096,15	28 043,48	29 663,27	73,8%	71,8%	73,0%	26,2%	28,2%	27,0%	27,0%
Ensino Secundário completo	45 639,34	48 134,78	46 322,62	37 788,73	45 478,26	39 670,21	82,8%	94,5%	85,6%	17,2%	5,5%	14,4%	14,4%
Ensino Médio / Curso Profissionalizante	59 362,07	62 000,00	59 750,00	46 848,48	51 000,00	47 394,74	78,9%	82,3%	79,3%	21,1%	17,7%	20,7%	20,7%

VARIÁVEIS DE CRUZAMENTO	MÉDIA DE SALÁRIO TCP			MÉDIA DE DESPESAS			RELAÇÃO ENTRE AS DESPESAS E O RENDIMENTO MENSAL NOS TCPS			NÍVEL DE POUPANÇA			GRÁFICO
	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	MASC.	FEM.	TOTAL	
	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	MÉDIA	
Ensino Superior	91 425,93	75 562,50	85 523,26	55 625,00	55 588,24	55 612,24	60,8%	73,6%	65,0%	39,2%	26,4%	35,0%	35,0%
Total	45316,91	43226,62	44620,14	34405,14	33982,52	34272,03	75,9%	78,6%	76,8%	24,1%	21,4%	23,2%	23,2%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Padrão de consumo

Indagados a respeito do padrão de consumo que efetuam no dia a dia, denota-se que 57,2% dos gastos recaem sobre alimentação (23,4%), alojamento (18,3%) e energia e água (15,5%). No que se refere às despesas com saúde e educação, não se verificam diferenças relevantes em termos de proveniência regional dos imigrantes, exceto em relação aos asiáticos. Todavia, convém realçar que os americanos e os europeus despendem uma parcela importante das suas despesas com lazer, 11,8% e 9,4%, respetivamente, o que constitui um importante indicador de diferenciação de qualidade de vida.

Quadro 9 - Distribuição das despesas de consumo por sexo e região de proveniência

TIPO DE DESPESAS	SEXO						REGIÃO									
	MASC.		FEM.		TOTAL		ÁFRICA		AMÉRICA		ÁSIA		EUROPA		TOTAL	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Alojamento	434	19,0%	169	16,7%	603	18,3%	504	19,5%	19	12,5%	33	19,4%	47	11,9%	603	18,3%
Energia e água	350	15,3%	161	15,9%	511	15,5%	391	15,2%	25	16,4%	32	18,8%	63	15,9%	511	15,5%
Alimentação	535	23,4%	238	23,6%	773	23,4%	616	23,9%	32	21,1%	38	22,4%	87	22,0%	773	23,4%
Transporte	146	6,4%	58	5,7%	204	6,2%	154	6,0%	10	6,6%	12	7,1%	28	7,1%	204	6,2%
Educação	128	5,6%	86	8,5%	214	6,5%	181	7,0%	8	5,3%	3	1,8%	22	5,6%	214	6,5%
Saúde	172	7,5%	86	8,5%	258	7,8%	200	7,8%	14	9,2%	8	4,7%	36	9,1%	258	7,8%
Vestuários	123	5,4%	60	5,9%	183	5,6%	154	6,0%	7	4,6%	6	3,5%	16	4,1%	183	5,6%
Lazer (Restauração, Diversões, etc..)	111	4,9%	45	4,5%	156	4,7%	93	3,6%	18	11,8%	8	4,7%	37	9,4%	156	4,7%
Deslocação ao exterior	38	1,7%	10	1,0%	48	1,5%	30	1,2%	4	2,6%	5	2,9%	9	2,3%	48	1,5%
Impostos & Taxas (IUP, IVA e outras taxas etc..)	73	3,2%	25	2,5%	98	3,0%	71	2,8%	4	2,6%	9	5,3%	14	3,5%	98	3,0%
Comunicação (voz e dados)	177	7,7%	72	7,1%	249	7,6%	186	7,2%	11	7,2%	16	9,4%	36	9,1%	249	7,6%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

2.4. SITUAÇÃO FACE À SEGURANÇA SOCIAL

No que diz respeito à inscrição na segurança social, nota-se que 6 em cada 10 imigrantes declaram que possuem segurança social, sobretudo aqueles que trabalham por conta de

outrem – 71,3% contra 52% dos que laboram por conta própria. Praticamente, 9 em cada 10 respondentes com segurança social declaram que o fizeram no INPS. Globalmente, a taxa de inscrição na segurança social é maior no seio dos homens (63,1% contra 54,7% das mulheres) e aumenta com o nível de instrução e com a faixa etária.

Trata-se de uma taxa de adesão superior à média nacional, cujo crescimento, na opinião das lideranças associativas, foi induzido pelo novo quadro legal em matéria de autorização de residência que institui a obrigatoriedade de inscrição na segurança social, enquanto requisito para a sua concessão.

Gráfico 14 - Imigrantes com segurança social por conta de outrem

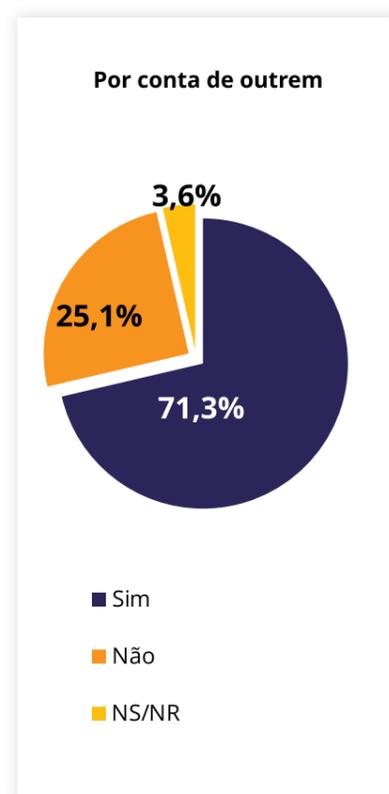


Gráfico 15 - Imigrantes com segurança social por conta própria

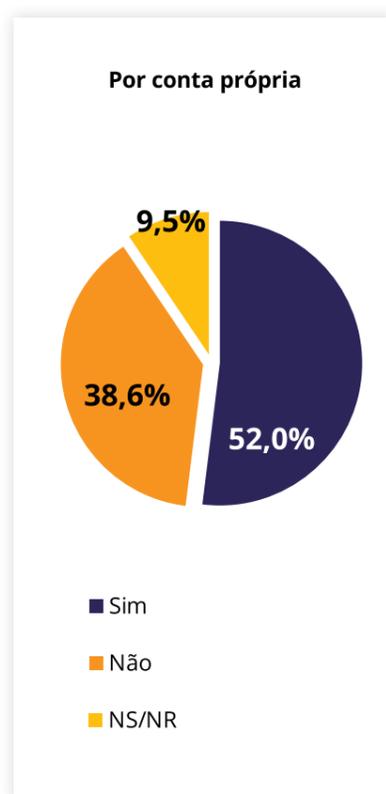
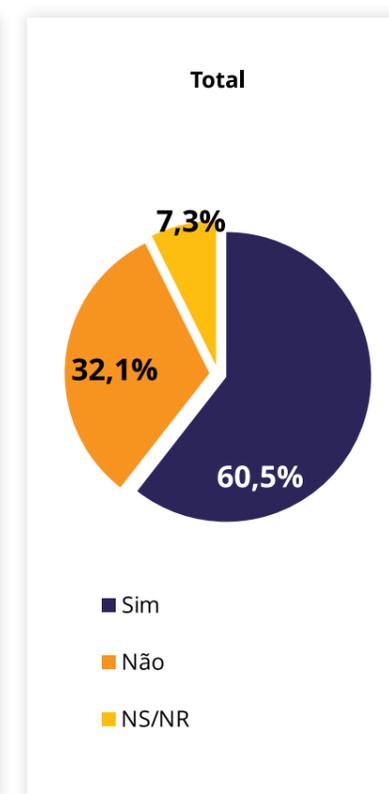


Gráfico 16 - Imigrantes com segurança social



Fonte: Inquérito aos imigrantes//2024

A taxa de imigrantes com segurança social é maior no seio dos europeus (86%) seguido dos americanos (79,4%) e asiáticos (75,5%), sendo menor no seio dos africanos (54,5%).

De entre as principais razões invocadas para a não inscrição na segurança social figuram: (i) de momento não é prioritário, tendo em conta o rendimento e as necessidades gerais do inquirido (56,1%); (ii) preferência em gerir a sua própria segurança social (40,2%); (iii) desconhecimento e falta de informação sobre benefícios da proteção social (35,1%); (iv)

custos de modalidade de pagamento inadequados (30,5%) e incerteza em permanecer de forma duradoura no mercado de trabalho (29,8%).

Gráfico 17 - Razões da não inscrição na segurança social



Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

2.5. PARTICIPAÇÃO NA ECONOMIA NACIONAL

Para avaliar a participação dos imigrantes na economia nacional, foram considerados diversos aspetos e conceitos relacionados ao seu envolvimento nas atividades económicas e empresariais em Cabo Verde. Primeiramente, analisou-se a dimensão dos investimentos realizados pelos imigrantes, destacando-se as áreas de maior relevância e os volumes investidos, com ênfase nas diferenças regionais e por sexo.

Verificou-se a média de tempo em que os imigrantes mantêm investimentos no país, bem como a empregabilidade gerada por esses negócios, sendo notório que uma proporção significativa emprega entre 1 a 5 trabalhadores, com diferenças marcantes entre nacionalidades.

Outro ponto avaliado foi a formalização dos negócios, identificando razões que levam à informalidade, como desconhecimento dos procedimentos legais, excesso de burocracia e falta de perceção sobre as vantagens da formalização. Foram, igualmente, examinadas fontes de financiamento para os empreendimentos, predominando recursos próprios, e a regularização fiscal, que mostrou uma considerável parcela com situação ainda não formalizada.

Por fim, levou-se em consideração aspetos qualitativos, como a perceção dos imigrantes sobre o retorno dos investimentos e as dificuldades enfrentadas para se integrar no mercado, como barreiras linguísticas, burocráticas e preconceito. Avaliações sobre a evolução do ambiente de negócios desde a chegada ao país e o conhecimento dos mecanismos de formalização empresarial foram destacados, refletindo as disparidades entre as diferentes comunidades imigrantes no acesso e participação económica.

2.5.1. RAMO DE ATIVIDADE

Os imigrantes investem em uma vasta gama de atividades económicas em Cabo Verde, com destaque para o comércio em estabelecimento fixo (29,6%), com uma forte presença dos chineses e africanos, comércio ambulante de roupas e outros produtos (18,5%) e artesanato (14,1%), sendo estas duas últimas atividades com predominância dos africanos: Salão de beleza (4,2%), Construção Civil (3,9%), Venda de alimentos e bebidas (3,7%) e Serviços gerais (3,5%).

Os imigrantes em Cabo Verde participam da economia nacional, principalmente em atividades relacionadas ao comércio e prestação de serviços, com diferenças significativas, segundo a sua região de proveniência.

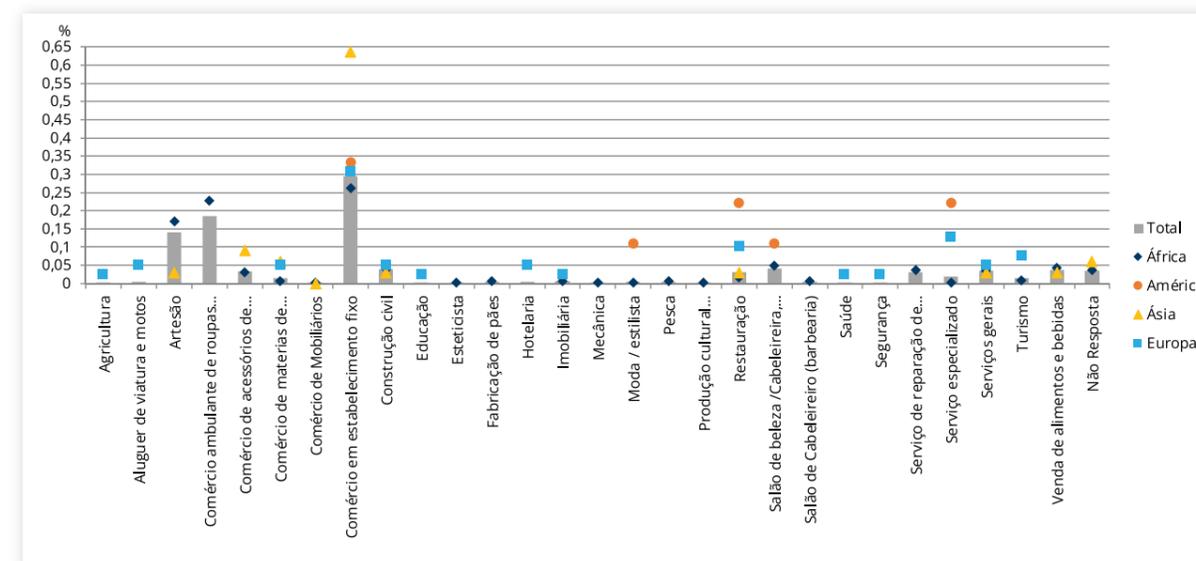
Os imigrantes de origem africana concentram-se maioritariamente em negócios, como comércio ambulante (22,7%), artesanato (17%), comércio em estabelecimento fixo (26,1%), salões de beleza (4,8%) e venda de alimentos e bebidas (4,3%). Além disso, os africanos têm uma contribuição significativa em serviços gerais (3,4%) e construção civil (4,0%).

Os imigrantes asiáticos destacam-se em atividades relacionadas ao comércio em estabelecimento fixo (63,6%), comércio de acessórios de veículos (9,1%) e restauração (3,0%). Os europeus mostram uma diversidade de envolvimento económico, com destaque para serviços especializados (12,8%), turismo (7,7%) e comércio em estabelecimentos fixos (30,8%), além de uma presença moderada em restauração (10,3%).

Por seu turno, os imigrantes de origem americana participam principalmente em comércio em estabelecimento fixo (33,3%) e restauração (22,2%), além de uma significativa representatividade em serviços especializados (22,2%). As atividades como educação, saúde e segurança são lideradas exclusivamente por imigrantes europeus, com representatividade moderada em 2,6% ex-áqueo.

De forma geral, os ramos de maior concentração dos investimentos pertencem ao setor terciário, cujo peso na economia cabo-verdiana ronda os 61% do PIB.

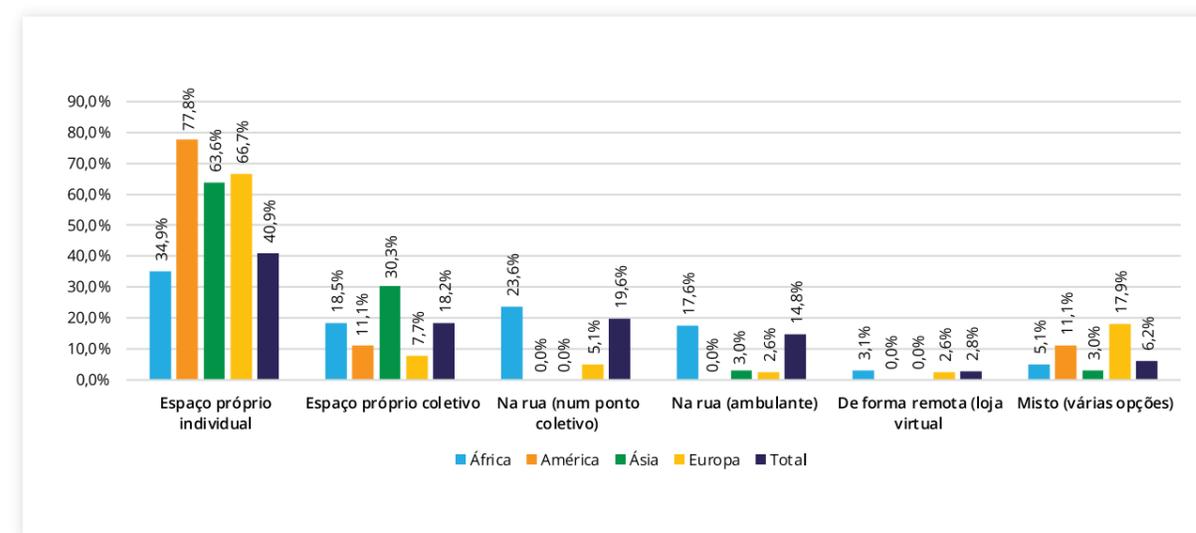
Gráfico 18 - Distribuição de ramos de negócio de investimento por região de origem dos imigrantes



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

As atividades económicas desempenhadas pelos imigrantes em Cabo Verde são, em sua maioria, operacionalizadas em espaços próprios individuais (40,9%), seguidas por atividades realizadas na rua (19,6%) e em estabelecimentos coletivos (18,2%). Essa distribuição espacial evidencia o peso significativo da economia informal, particularmente entre os imigrantes africanos. Estes têm uma forte presença em setores como comércio ambulante, artesanato e venda de alimentos, frequentemente exercidos em ambientes informais, como as ruas. Esse cenário reforça o papel da informalidade como um meio de subsistência para muitos imigrantes no país.

Gráfico 19 - Distribuição percentual dos espaços utilizadas pelos imigrantes para realização das suas atividades económicas em Cabo Verde



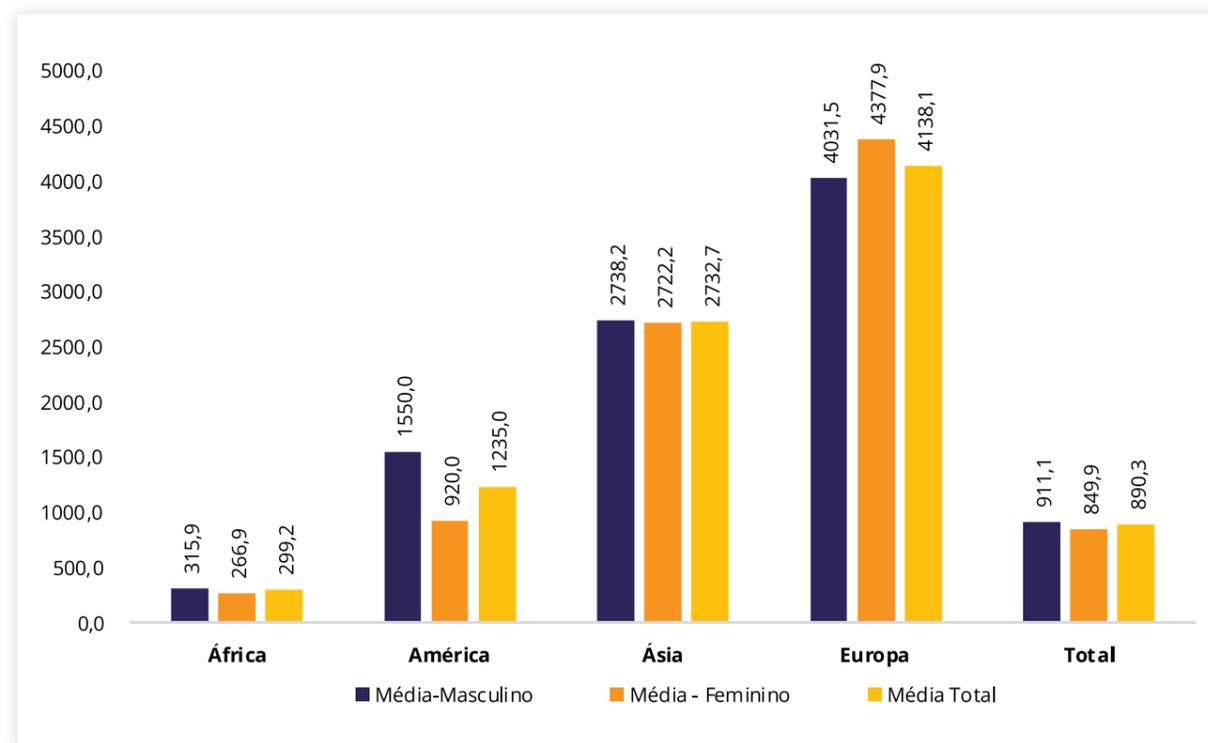
Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.2. FORMA DE EMPREENDIMENTO, VOLUME, TEMPO E FONTE DE INVESTIMENTO

Em geral, os imigrantes que investem na economia local são, na sua maioria, únicos proprietários de seus negócios (75,8%), destacando-se os africanos nesse perfil. Apenas 17,6% dos empreendedores imigrantes operam sob forma de sociedade, sendo essa prática mais comum entre europeus e asiáticos. O volume médio de investimentos declarados gira em torno de 890,3 contos CVE, sendo maior o seio de homens (911,1 contos CVE) em comparação às mulheres (849,9 contos CVE).

O volume de investimentos tende a ser maior no meio dos imigrantes europeus (4.138,10 contos CVE), seguido de asiáticos (2.732,70 CVE) e americanos (1.235,00 contos CVE). O volume de investimentos dos africanos é aproximadamente três vezes inferior à média geral, refletindo uma posição mais desfavorável de inserção no mercado nacional, possivelmente devido à predominância de atividades em setores informais e de menor rentabilidade.

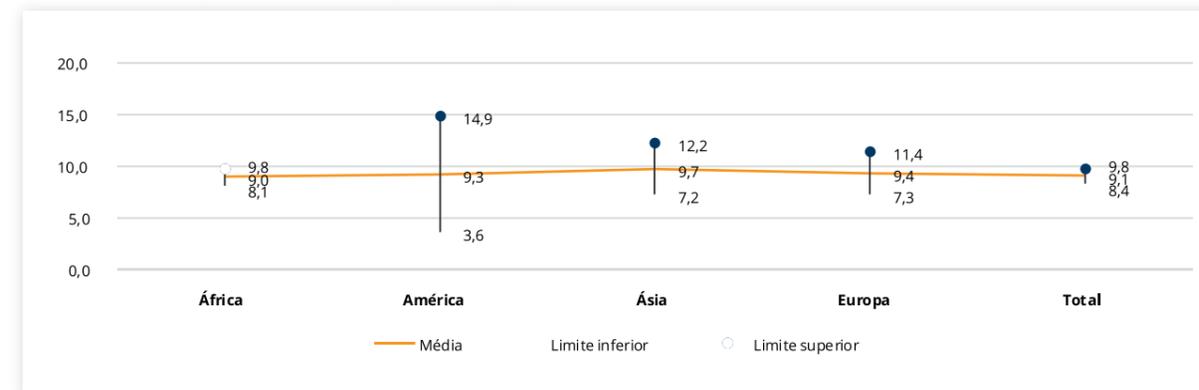
Gráfico 20 - Volume de investimento médio por sexo e região de proveniência



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

O tempo médio de investimento dos imigrantes em Cabo Verde é de 9,1 anos, sem variações significativas relacionadas ao sexo ou à região de origem. Esse dado sugere uma estabilidade temporal no padrão de investimento, independentemente das características demográficas ou geográficas dos imigrantes. Essa estabilidade pode refletir, tanto a resiliência dos empreendimentos quanto a permanência dos investidores no país.

Gráfico 21 - Variação média do tempo dos imigrantes com investimento em Cabo Verde



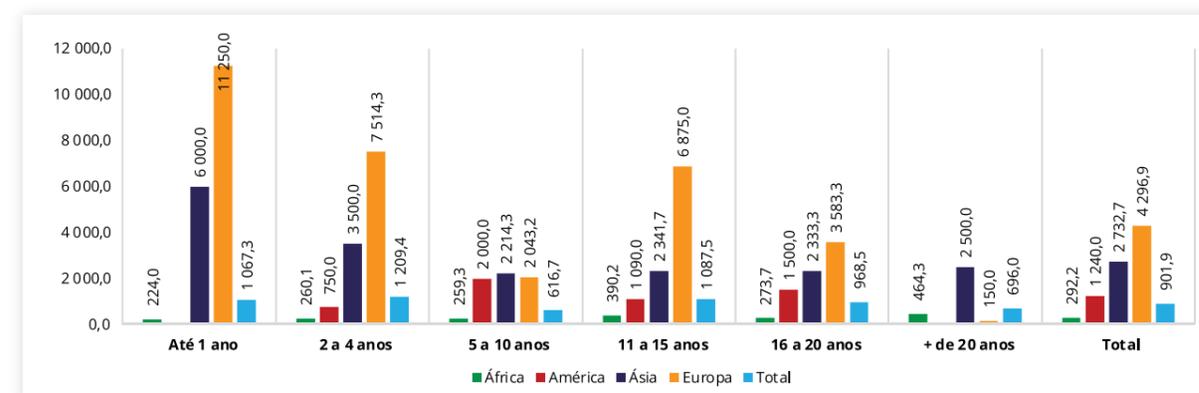
Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

No decurso dos últimos 4 anos, nota-se uma trajetória ascendente de investimento dos imigrantes. Entretanto, numa perspetiva de longo prazo, o volume de investimento tem sido estável, apresentando algumas pequenas variações cíclicas típicas de uma economia de mercado.

Igualmente, desta análise pode-se concluir que as dinâmicas de investimento revelam padrões distintos entre as regiões. Enquanto africanos mostram uma inserção lenta e consistente, europeus e asiáticos lideram em investimento inicial, mas reduzem significativamente com o tempo. Já os americanos mostram crescimento contínuo.

Em termos temporais, o resultado evidencia que os imigrantes tendem a investir mais nos primeiros anos de inserção, especialmente os que vêm de regiões com maior capacidade económica. A tendência de os imigrantes investirem mais nos primeiros anos pode estar associada às exigências do negócio e do mercado, por serem anos críticos para implementação da sua atividade/negócio, construir redes locais e aproveitar oportunidades emergentes.

Gráfico 22 - Volume de investimento por período e região



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

A esmagadora maioria dos investimentos é feita com recursos próprios (82,3%), com realce para homens, através de empréstimo aos familiares (18,2%), sobretudo europeus, e 7,6% por meio de donativos de familiares. Apenas 4,1% declaram que recorrem ao empréstimo bancário e 1,3% ao mecanismo de microcrédito, com relevo para mulheres.

Quadro 10 - Distribuição da origem do financiamento

FINANCIAMENTO	P1.1. QUAL É O SEU SEXO?								
	MASCULINO			FEMININO			TOTAL		
	CONTAGEM	N % DA COLUNA	Gráfico	CONTAGEM	N % DA COLUNA	Gráfico	CONTAGEM	N % DA COLUNA	Gráfico
Estado	1	,4%	0,4%	0	0,0%	0,0%	1	,3%	0,3%
Empréstimo através do microcrédito	1	,4%	0,4%	4	3,0%	3,0%	5	1,3%	1,3%
Empréstimo bancário	9	3,4%	3,4%	7	5,2%	5,2%	16	4,1%	4,1%
Empréstimos junto aos familiares	35	13,4%	13,4%	37	27,6%	27,6%	72	18,2%	18,2%
Donativos de familiares	12	4,6%	4,6%	18	13,4%	13,4%	30	7,6%	7,6%
Recursos próprios	226	86,6%	86,6%	99	73,9%	73,9%	325	82,3%	82,3%
Donativos de amigos	10	3,8%	3,8%	5	3,7%	3,7%	15	3,8%	3,8%
Contrato de constituição de uma sociedade com terceiros	2	,8%	0,8%	0	0,0%	0,0%	2	,5%	0,5%
Contrato de constituição de uma sociedade com familiares/amigos	11	4,2%	4,2%	5	3,7%	3,7%	16	4,1%	4,1%
Total	261	100,0%		134	100,0%		395	100,0%	

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Após a abertura do seu empreendimento, somente 31% dos imigrantes, especialmente, africanos, tiveram necessidade de recorrer a financiamento através de bancos (38,7%), empréstimos familiares (30,6%) e microcrédito (14,5%). A maior parte desse financiamento (74,7%) destina-se a microempresas.

Quadro 11 - Acesso ao financiamento após a abertura do seu negócio / atividade

VARIÁVEIS	P4.14. TEVE NECESSIDADE DE RECORRER A FINANCIAMENTO(S) APÓS A ABERTURA DO SEU NEGÓCIO/ATIVIDADE?			
	SIM			TOTAL
	TOTAL	% LINHA	% COL	
Sexo				
Masculino	52	20,2%	69,3%	258
Feminino	23	17,4%	30,7%	132

Região de proveniência				
África	59	18,7%	78,7%	316
América	3	37,5%	4,0%	8
Ásia	5	17,9%	6,7%	28
Europa	8	21,1%	10,7%	38
Total	75	19,2%	100,0%	390

Fontes utilizadas				
Bancos	24	92,3%	38,7%	26
Donativos de familiares	2	100,0%	3,2%	2
Empréstimos a familiares	19	100,0%	30,6%	19
Estado (Pró-Empresa)	2	100,0%	3,2%	2
Microcrédito	9	100,0%	14,5%	9
Recursos próprios (poupança)	6	17,1%	9,7%	35
Nível de instrução	62			
Sem nível de instrução	3	9,4%	4,0%	32
Ensino Básico/Primário incompleto	11	21,2%	14,7%	52
Ensino Básico/Primário completo	12	17,1%	16,0%	70
Ensino Secundário incompleto	10	11,9%	13,3%	84
Ensino Secundário completo	16	20,5%	21,3%	78
Ensino Médio / Curso Profissionalizante	12	37,5%	16,0%	32
Ensino Superior	11	28,2%	14,7%	39
Dimensão em que se enquadra o seu negócio/atividade.				
Grande empresa (volume de negócios bruto anual superior a 150.000.000\$00 (cento e cinquenta milhões de escudos)	7	40,0%	9,3%	13
Média empresa (volume de negócios bruto anual superior a 10.000.000\$00 e inferior a 150.000.000\$00 e emprega + 10 pessoas)	7	25,0%	9,3%	19
Pequena empresa (volume de negócio entre cinco e 10 mil contos e/ou que emprega entre 6 a 10 pessoas)	5	20,8%	6,7%	24
Micro empresa (volume de negócio 2 superior a 5 mil contos e/ou que emprega até 5 pessoas)	56	17,5%	74,7%	185
Total	75	31,1%	100,0%	241

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.3. RENDIMENTO DO INVESTIMENTO

A maioria dos imigrantes (53,1%) declara que obtém um rendimento até 50 mil escudos mensais, 22% asseguram que auferem entre 51 a 100 mil escudos, com realce para os africanos, 17,8% obtêm um rendimento entre 101 a 300 mil escudos, particularmente os americanos, asiáticos e europeus e somente 7,1% declaram que amealham um rendimento superior a 301 mil escudos mensais, com destaque para europeus e americanos.

Por sexo, denota-se que existe uma proporção relativa de mulheres que obtêm proventos superiores aos dos homens nos escalões de rendimento até 50 mil escudos mensais e 501 a 750 contos.

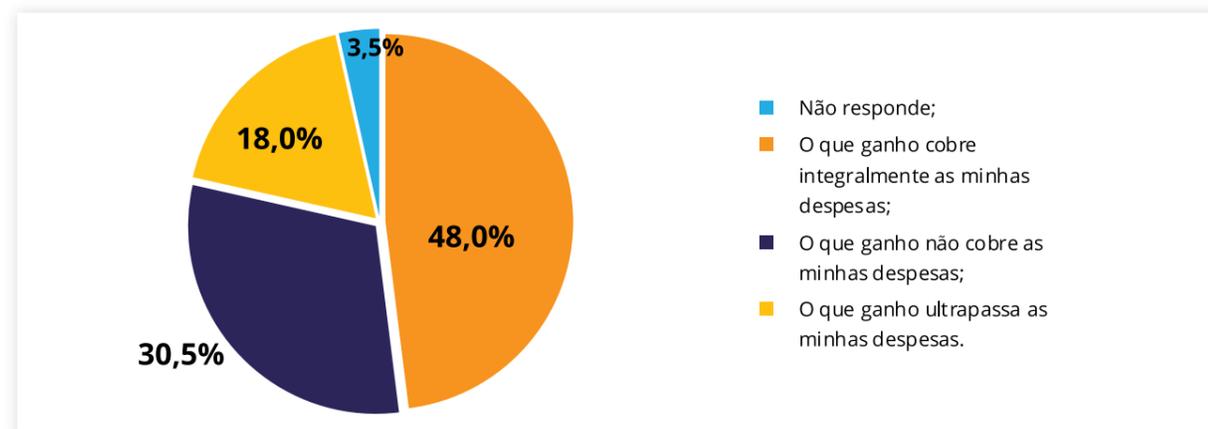
Quadro 12 - Distribuição do rendimento do negócio

ESCALÃO DE RENDIMENTO	SEXO				REGIÃO								TOTAL	
	MASCULINO		FEMININO		ÁFRICA		AMÉRICA		ÁSIA		EUROPA		TOTAL	% COL
	TOTAL	% COL	TOTAL	% COL	TOTAL	% COL	TOTAL	% COL	TOTAL	% COL	TOTAL	% COL		
Até 50 mil escudos	116	49,6%	72	60,0%	181	64,6%	0	0,0%	4	12,9%	3	8,8%	188	53,1%
51 mil a 100 mil escudos	54	23,1%	24	20,0%	61	21,8%	2	22,2%	8	25,8%	7	20,6%	78	22,0%
101 mil a 300 mil escudos	46	19,7%	17	14,2%	27	9,6%	4	44,4%	18	58,1%	14	41,2%	63	17,8%
301 mil a 500 mil escudos	9	3,8%	2	1,7%	4	1,4%	1	11,1%	1	3,2%	5	14,7%	11	3,1%
501 mil a 750 mil escudos	2	0,9%	3	2,5%	2	0,7%	2	22,2%	0	0,0%	0	0,0%	5	1,4%
751 mil a 999 mil 999 escudos	4	1,7%	2	1,7%	2	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	4	11,8%	6	1,7%
1 milhão a 2 milhões de escudos	1	0,4%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	2,9%	1	0,3%
+ de 2 milhões de escudos	2	0,9%	0	0,0%	2	0,7%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	2	0,6%
Total	234	100%	120	100%	280	100%	9	100%	31	100%	34	100%	354	100%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/ 2024

Ao serem questionados se o que ganham com o seu investimento é suficiente para cobrir as suas despesas/gastos, quase metade dos respondentes (48%) assegura que o que obtém cobre integralmente as suas despesas, 18% afiançam que os proventos ultrapassam os gastos e 30,5% admitem que o que auferem não cobre as despesas com o seu negócio.

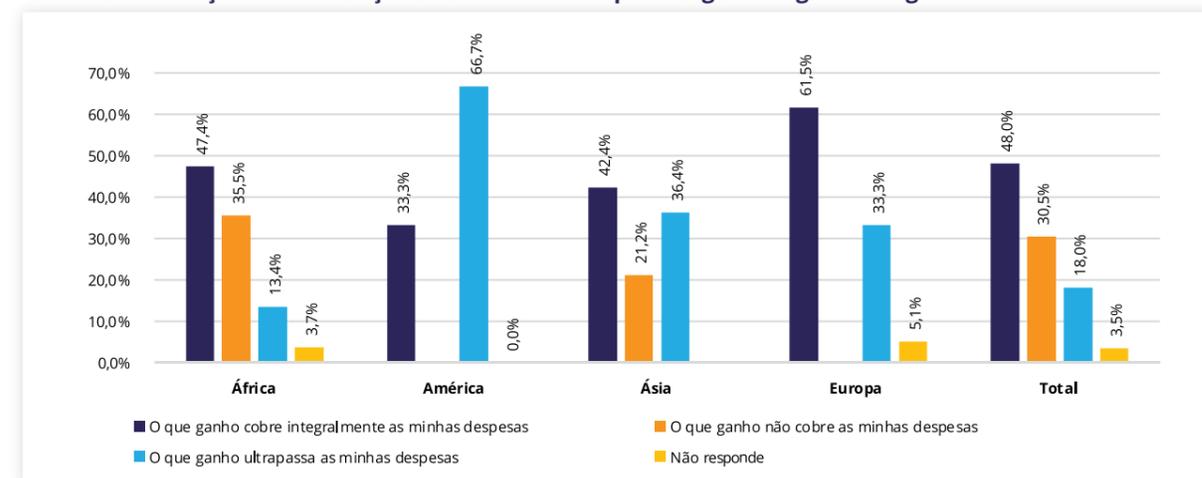
Gráfico 23 - Percepção sobre a relação entre investimento e despesa



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Numa apreciação por região de origem dos imigrantes, constata-se que uma proporção relevante dos americanos (66,7%), asiáticos (36,4%) e europeus (33,3%) assegura que o que ganha ultrapassa as despesas. Contudo, denota-se que uma percentagem relevante de africanos (35%) afirma que os ganhos não cobrem os gastos. Isto decorre provavelmente do fato de uma parcela importante dessa comunidade exercer atividades económicas em contexto de informalidade.

Gráfico 24 - Percepção sobre a relação investimento e despesas segundo região de origem



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.4. MODALIDADE DE ENQUADRAMENTO DO NEGÓCIO

A maior parte dos imigrantes que empreende negócios em Cabo Verde, fá-lo de forma informal (44,3%), com realce para os africanos, em regime especial de micro e pequenas empresas (43,6%), especialmente os asiáticos, e somente 12% funcionam na modalidade de contabilidade organizada, com destaque para os europeus.

Quadro 13 - Modalidade em que o seu empreendimento se enquadra

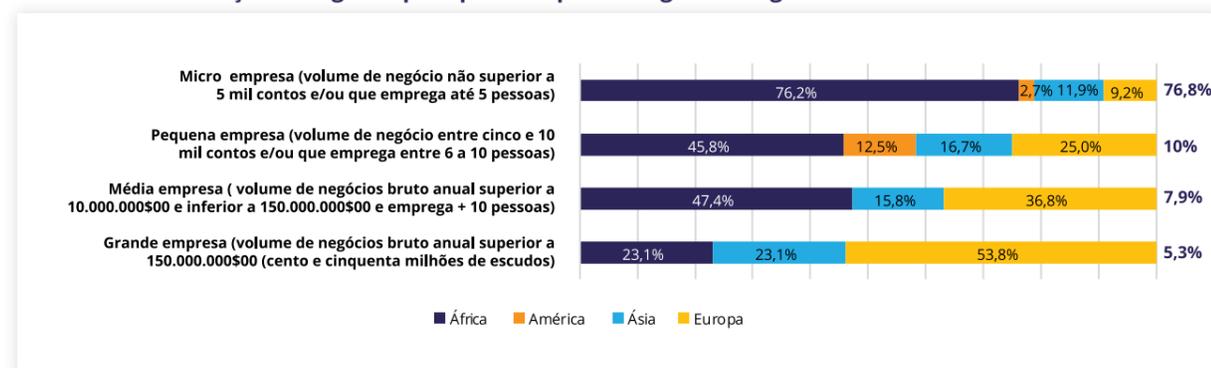
	P4.8 EM QUE MODALIDADE SE ENCONTRA INSCRITO O SEU NEGÓCIO / ATIVIDADE?								
	INFORMALIDADE			EMPRESA COM CONTABILIDADE ORGANIZADA			REMPE REGIME ESPECIAL DE MICRO E PEQUENA EMPRESA		
	TOTAL	% LIN	% COL	TOTAL	% LIN	% COL	TOTAL	% LIN	% COL
Sexo									
Masculino	111	38,8%	57,8%	37	12,9%	71,2%	138	48,3%	73,0%
Feminino	81	55,1%	42,2%	15	10,2%	28,8%	51	34,7%	27,0%
Região de proveniência									
África	188	53,4%	97,9%	20	5,7%	38,5%	144	40,9%	76,2%
América	1	11,1%	,5%	3	33,3%	5,8%	5	55,6%	2,6%
Ásia	1	3,0%	,5%	9	27,3%	17,3%	23	69,7%	12,2%
Europa	2	5,1%	1,0%	20	51,3%	38,5%	17	43,6%	9,0%
Total	192	44,3%	100,0%	52	12,0%	100,0%	189	43,6%	100,0%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Analisando a dimensão das empresas, denota-se que a maior parte dos negócios dos imigrantes enquadra-se na categoria de microempresas (76,8%), com peso relevante dos africanos, na modalidade de pequenas empresas (10%), com presença relativa importante dos europeus e asiáticos, no grupo de médias empresas (7,9%). Apenas

5,3% se enquadram na tipologia de grandes empresas, com destaque para europeus e asiáticos. De referir que a tipologia de empresas vigente no seio dos imigrantes não é muito diferente daquela que vigora no país, em que predomina a presença de micro pequenas empresas. Todavia, é de se destacar que a proporção de médias e grandes empresas no seio dos investidores imigrantes é ligeiramente superior à média nacional (Cf. INE, 2024, VI Recenseamento Empresarial de 2022).

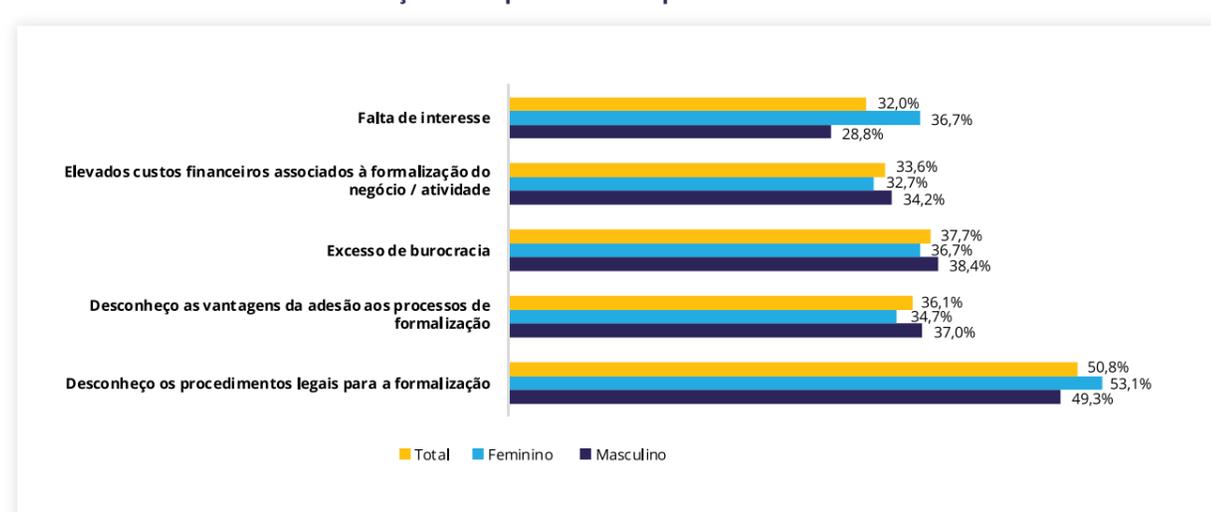
Gráfico 25 - Distribuição de negócios por tipo de empresa e região de origem



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Além disso, convém realçar que 44,3% das pessoas que empreendem por conta própria, fazem-no em situação de informalidade. Os respondentes invocam inúmeras razões para a não formalização do seu negócio, designadamente: (i) desconhecimento dos procedimentos legais para formalização (50,8%); (ii) excesso de burocracia (37,7%) e (iii) desconhecimento das vantagens da adesão aos processos de formalização (36,1%). Essas alegações não são muito diferentes daquelas identificadas nos estudos sobre a Avaliação da Implementação do REMPE (Ministério das Finanças e Fomento Empresarial, 2023).

Gráfico 26 - Razões da não formalização do empreendimento por sexo



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.5. EXISTÊNCIA E UTILIZAÇÃO DE INSTRUMENTOS DE GESTÃO E SITUAÇÃO PERANTE O FISCO

No universo dos imigrantes que possuem empreendimentos formalizados, 41,3% afirmam que elaboram orçamento, 40,4% dispõem de plano de negócios, 29,6% possuem fluxo de caixa, com realce para americanos e europeus. De destacar que apenas 24,7% fazem registo contabilístico. A conceção de plano de atividade anual é mencionada por apenas 21% dos inquiridos.

Quadro 14 - Existência de instrumentos de gestão

INSTRUMENTOS DE GESTÃO	ÁFRICA		AMÉRICA		ÁSIA		EUROPA		TOTAL	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Plano de negócio	125	35,5%	7	77,8%	18	54,5%	25	64,1%	175	40,4%
Orçamento	139	39,5%	6	66,7%	14	42,4%	20	51,3%	179	41,3%
Plano de actividade anual	57	16,2%	4	44,4%	12	36,4%	18	46,2%	91	21,0%
Fluxo de caixa	80	22,7%	8	88,9%	17	51,5%	23	59,0%	128	29,6%
Tesouraria	44	12,5%	2	22,2%	12	36,4%	18	46,2%	76	17,6%
Registo contabilístico	55	15,6%	7	77,8%	17	51,5%	28	71,8%	107	24,7%
Balanço patrimonial	33	9,4%	3	33,3%	14	42,4%	21	53,8%	71	16,4%
Média Global		21,6%		58,7%		45,0%		56,0%		27,3%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

No que concerne à situação perante o fisco, verifica-se que 54,3% declaram que cumprem as suas obrigações fiscais para com o Estado, especialmente os americanos, europeus e asiáticos, 33,5% dos inquiridos não respondem, com ênfase para os africanos. Somente 8,1% asseveram que estão em falta para com a entidade fiscal do Estado, com realce para os africanos. Contudo, é provável que a proporção dos que estão em situação de incumprimento seja bem maior se se considerar as não respostas, que podem estar associadas ao incumprimento fiscal dos respondentes.

Como era expetável, os imigrantes cujas empresas funcionam nas modalidades de contabilidade organizada e REMPE apresentam uma taxa de regularização mais elevada, 76,9% e 74,6%, respetivamente.

Quadro 15 - Situação perante a entidade fiscal do Estado

VARIÁVEIS	P4.16. COMO ESTÁ A SUA SITUAÇÃO PERANTE A ENTIDADE FISCAL DO ESTADO?									
	REGULARIZADA		EM NEGOCIAÇÃO		EM FALTA		NÃO RESPONDE		TOTAL	
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%
Sexo										
Masculino	165	57,7%	11	3,8%	22	7,7%	88	30,8%	286	100,0%

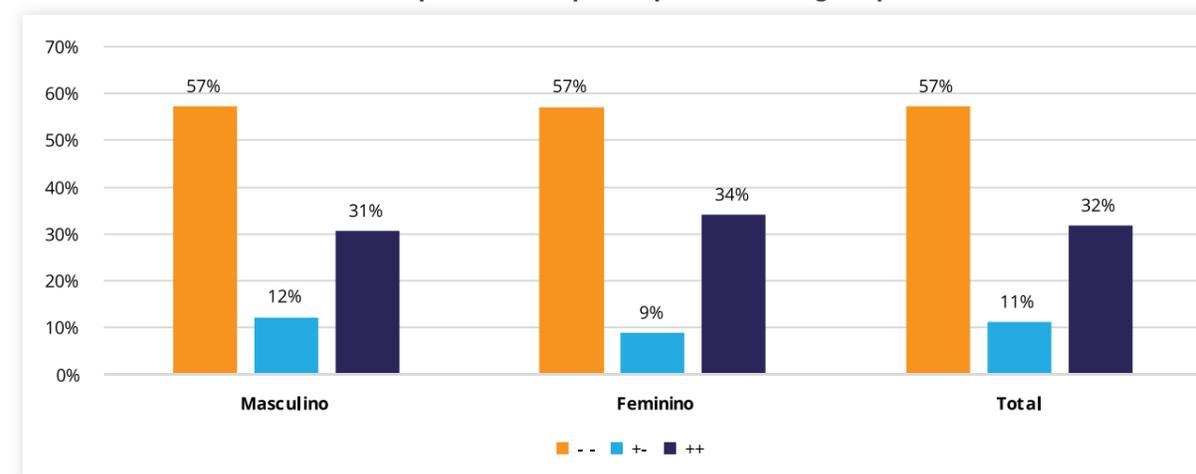
Feminino	70	47,6%	7	4,8%	13	8,8%	57	38,8%	147	100,0%
Região de proveniência										
África	166	47,2%	17	4,8%	35	9,9%	134	38,1%	352	100,0%
América	9	100,0%	0	0,0%	0	0,0%	0	0,0%	9	100,0%
Ásia	25	75,8%	1	3,0%	0	0,0%	7	21,2%	33	100,0%
Europa	35	89,7%	0	0,0%	0	0,0%	4	10,3%	39	100,0%
Modalidade se encontra inscrito o seu negócio/ atividade										
Empresa com contabilidade organizada	40	76,9%	0	0,0%	1	1,9%	11	21,2%	52	100,0%
REMPE- Regime Especial de micro e pequena empresa	141	74,6%	11	5,8%	3	1,6%	34	18,0%	189	100,0%
Não responde	54	28,1%	7	3,6%	31	16,1%	100	52,1%	192	100,0%
Dimensão em que se enquadra o seu negócio/atividade										
Grande empresa (volume de negócios bruto anual superior a 150.000.000\$00 (cento e cinquenta milhões de escudos);	9	69,2%	0	0,0%	0	0,0%	4	30,8%	13	100,0%
Média empresa (volume de negócios bruto anual superior a 10.000.000\$00 e inferior a 150.000.000\$00 e emprega + 10 pessoas)	14	73,7%	0	0,0%	1	5,3%	4	21,1%	19	100,0%
Micro empresa (volume de negócio 2 superior a 5 mil contos e/ou que emprega até 5 pessoas)	140	75,7%	9	4,9%	3	1,6%	33	17,8%	185	100,0%
Pequena empresa (volume de negócio entre cinco e 10 mil contos e/ou que emprega entre 6 a 10 pessoas)	18	75,0%	2	8,3%	0	0,0%	4	16,7%	24	100,0%
Não responde	54	28,1%	7	3,6%	31	16,1%	100	52,1%	192	100,0%
Total	235	54,3%	18	4,2%	35	8,1%	145	33,5%	433	100,0%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.6. FACILIDADES/ DIFICULDADES NO PROCESSO DE IMPLEMENTAÇÃO DO NEGÓCIO

No que se refere às condições encontradas no processo de implementação do negócio, nota-se que a maioria dos imigrantes (57%) considera que enfrenta muitas dificuldades, designadamente em: (i) encontrar profissionais qualificados para os auxiliar na gestão do seu negócio/atividade e acesso aos benefícios fiscais, económicos e alfandegários (65% ex-aéquo); (ii) acesso a linhas de crédito e financiamento para capital de giro e investimentos iniciais (64%); (iii) acesso a informações sobre como registar a empresa e encontrar um espaço físico adequado e com custo acessível para instalar o seu negócio/atividade (62% ex-aéquo); (iv) encontrar fornecedores e parceiros comerciais para viabilizar o negócio/atividade (61%) e (v) burocracia em relação aos trâmites para abertura de um negócio formal e obstáculos legais (58% ex-aéquo).

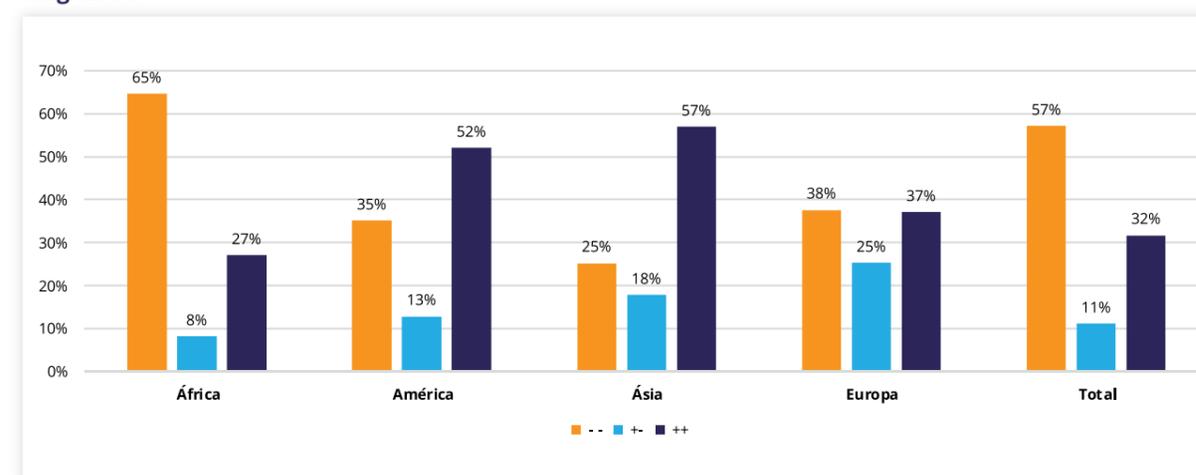
Gráfico 27 - Facilidades/ dificuldades que encontrou para implementar o negócio por sexo



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Numa apreciação por região de proveniência, denota-se que o grau de dificuldades na implementação do negócio é maior no seio dos africanos (65%). Já a maioria dos asiáticos (57%) e americanos (52%) assegura que teve muitas facilidades no processo de implementação dos seus negócios.

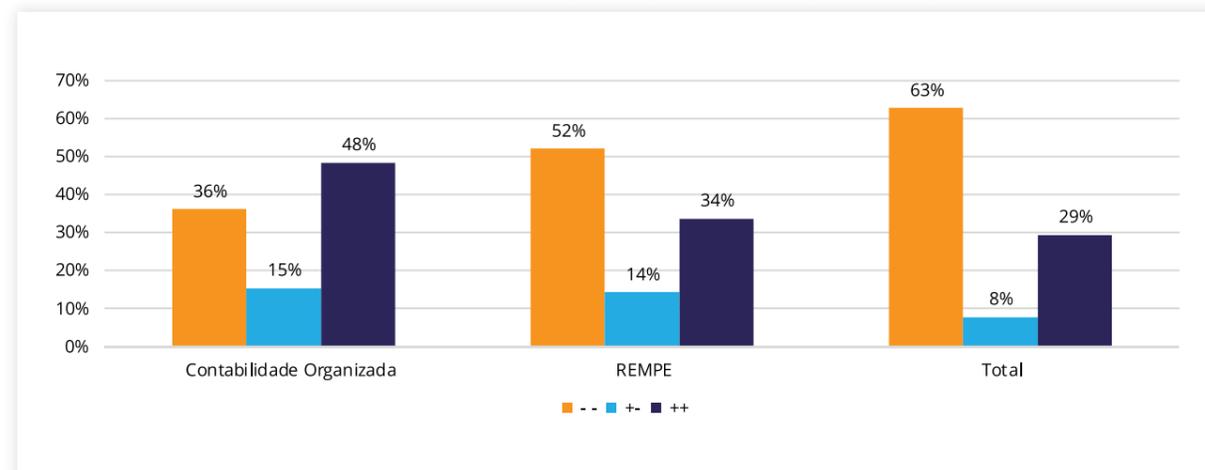
Gráfico 28 - Facilidades/ dificuldades que encontrou para implementar o negócio por região de proveniência dos imigrantes



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Analisando o processo de implementação do negócio por tipo de empresa, verifica-se que os imigrantes cujos negócios se enquadram na modalidade REMPE enfrentam maiores dificuldades (52%) em comparação com os que funcionam em regime de contabilidade organizada (36%).

Gráfico 29 - Facilidades/ dificuldades que encontrou para implementar o negócio por tipo de empresa



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.7. PERCEÇÃO SOBRE INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

A maioria dos imigrantes (51,9%) considera que teve dificuldades de acesso ao mercado de trabalho, sobretudo africanos (61,1%) e mulheres (54,3%). De entre os principais constrangimentos constam: (i) conseguir emprego (52,1%), legalização da situação (51,6%, sobretudo os africanos), comunicar em crioulo (47,9%), com realce para os asiáticos, europeus e americanos

Quadro 16 - Perceção dos imigrantes sobre as dificuldades de entrar no mercado de trabalho em Cabo Verde

VARIÁVEIS DE CRUZAMENTO	SEXO				REGIÃO								TOTAL	
	MASC.		FEM.		ÁFRICA		AMÉRICA		ÁSIA		EUROPA		TOTAL	%
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%		
Teve dificuldades de acesso ao mercado de trabalho em Cabo Verde?														
Não	273	44,5%	106	36,7%	238	34,0%	28	68,3%	36	67,9%	77	71,3%	379	42,0%
Não Responde	29	4,7%	26	9,0%	34	4,9%	4	9,8%	4	7,5%	13	12,0%	55	6,1%
Sim	311	50,7%	157	54,3%	428	61,1%	9	22,0%	13	24,5%	18	16,7%	468	51,9%
Principais dificuldades no acesso ao mercado de trabalho														
Conseguir emprego	165	54,3%	74	47,7%	238	56,1%	1	12,5%	0	0,0%	0	0,0%	239	52,1%
Conseguir um emprego melhor	115	37,8%	51	32,9%	163	38,4%	1	12,5%	1	7,7%	1	7,1%	166	36,2%
Legalização da sua situação	165	54,3%	72	46,5%	226	53,3%	2	25,0%	5	38,5%	4	28,6%	237	51,6%
Falar Criolo (Cabo-verdiano)	149	49,0%	71	45,8%	194	45,8%	4	50,0%	13	100,0%	9	64,3%	220	47,9%
Criação de um Negócio	94	30,9%	53	34,2%	132	31,1%	1	12,5%	5	38,5%	9	64,3%	147	32,0%
Acesso aos benefícios estabelecidos no REMPE	9	3,0%	7	4,5%	13	3,1%	1	12,5%	0	0,0%	2	14,3%	16	3,5%
Acesso a crédito bancário/parabancário	22	7,2%	15	9,7%	33	7,8%	2	25,0%	1	7,7%	1	7,1%	37	8,1%
Acesso à justiça	14	4,6%	4	2,6%	17	4,0%	0	0,0%	0	0,0%	1	7,1%	18	3,9%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.7.1. APRECIACÃO SOBRE EVOLUÇÃO DO AMBIENTE DO NEGÓCIO E ACESSO A RENDIMENTO

Globalmente, 53,2% dos respondentes asseguram que estão extremamente satisfeitos com a evolução do ambiente de negócio, sobretudo no que diz respeito à diversificação da economia (61,7%), cumprimento de obrigações salariais (59,4%), acesso à segurança social (57,4%), desempenho da empresa (53,8%) e procura de clientes (52,8%). O grau de satisfação tende a aumentar com a idade e nível de instrução. Os trabalhadores por conta de outrem estão mais satisfeitos (60,9%) do que os por conta própria (52,4%).

Quadro 17 - Apreciação sobre a evolução do ambiente de negócio e acesso ao rendimento em Cabo Verde, por sexo

DOMÍNIOS DE ANÁLISE	SEXO													
	MASCULINO						FEMININO							
	--	%	+-	%	++	%	TOTAL	--	%	+-	%	++	%	TOTAL
Emprego	107	19,8%	149	27,5%	285	53%	541	47	19,6%	74	30,8%	119	50%	240
Acesso à Segurança Social	78	16,3%	125	26,0%	277	58%	480	25	12,1%	65	31,4%	117	57%	207
Rendimento/ Facturamento	104	23,1%	107	23,7%	240	53%	451	48	25,3%	57	30,0%	85	45%	190
Cumprimento de obrigações salariais	80	19,2%	92	22,1%	245	59%	417	30	17,2%	38	21,8%	106	61%	174
Acesso a financiamento	90	29,7%	64	21,1%	149	49%	303	26	21,8%	35	29,4%	58	49%	119
Desempenho da empresa (lucro)	90	24,0%	86	22,9%	199	53%	375	30	19,9%	37	24,5%	84	56%	151
Procura de clientes	96	24,3%	92	23,3%	207	52%	395	33	17,9%	52	28,3%	99	54%	184
Diversificação do negócio	64	18,4%	68	19,6%	215	62%	347	19	12,8%	39	26,2%	91	61%	149
Justiça laboral	80	25,6%	77	24,7%	155	50%	312	27	23,1%	34	29,1%	56	48%	117
Justiça fiscal	87	27,1%	84	26,2%	150	47%	321	29	24,0%	36	29,8%	56	46%	121
Média global	88	22,7%	94	23,7%	212	54%	394	31	19,4%	47	28,1%	87	53%	165

DOMÍNIOS DE ANÁLISE	TOTAL						
	--	%	+-	%	++	%	TOTAL
Emprego	154	19,7%	223	28,6%	404	51,7%	781
Acesso à Segurança Social	103	15,0%	190	27,7%	394	57,4%	687
Rendimento/ Faturamento	152	23,7%	164	25,6%	325	50,7%	641
Cumprimento de obrigações salariais	110	18,6%	130	22,0%	351	59,4%	591
Acesso a financiamento	116	27,5%	99	23,5%	207	49,1%	422
Desempenho da empresa (lucro)	120	22,8%	123	23,4%	283	53,8%	526
Procura de clientes	129	22,3%	144	24,9%	306	52,8%	579
Diversificação do negócio	83	16,7%	107	21,6%	306	61,7%	496
Justiça laboral	107	24,9%	111	25,9%	211	49,2%	429
Justiça fiscal	116	26,2%	120	27,1%	206	46,6%	442
Média global	119	21,8%	141	25,0%	299	53,2%	559

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Por região de origem, denota-se que a apreciação sobre a evolução da economia é mais positiva no seio dos americanos (56%), africanos (51%) e asiáticos (50%).

Quadro 18 - Apreciação quanto à evolução do ambiente de negócio e acesso ao rendimento em Cabo Verde, por região de proveniência dos imigrantes

DOMÍNIOS DE ANÁLISE	REGIÃO																				
	ÁFRICA							AMÉRICA							ÁSIA						
	--	%	+-	%	++	%	TO-TAL	--	%	+-	%	++	%	TO-TAL	--	%	+-	%	++	%	TO-TAL
Emprego	132	21,2%	177	28,4%	315	50%	624	10	27,0%	9	24,3%	18	49%	37	4	9,1%	14	31,8%	26	59%	44
Acesso à Segurança Social	91	16,9%	144	26,8%	302	56%	537	7	21,2%	7	21,2%	19	58%	33	4	8,9%	16	35,6%	25	56%	45
Rendimento / Faturamento	132	27,2%	121	24,9%	232	48%	485	7	24,1%	5	17,2%	17	59%	29	4	9,1%	12	27,3%	28	64%	44
Cumprimento de obrigações salariais	92	20,8%	101	22,8%	250	56%	443	6	19,4%	4	12,9%	21	68%	31	4	10,0%	7	17,5%	29	73%	40
Acesso a financiamento	105	33,9%	62	20,0%	143	46%	310	6	26,1%	5	21,7%	12	52%	23	2	5,7%	11	31,4%	22	63%	35
Desempenho da empresa (lucro)	105	26,9%	89	22,8%	197	50%	391	4	19,0%	3	14,3%	14	67%	21	5	11,9%	9	21,4%	28	67%	42
Procura de clientes	109	24,6%	113	25,5%	221	50%	443	3	17,6%	2	11,8%	12	71%	17	6	14,0%	12	27,9%	25	58%	43
Diversificação do negócio	70	19,0%	81	22,0%	217	59%	368	2	10,5%	2	10,5%	15	79%	19	2	5,3%	8	21,1%	28	74%	38
Justiça laboral	84	27,2%	79	25,6%	146	47%	309	6	25,0%	3	12,5%	15	63%	24	3	10,0%	7	23,3%	20	67%	30
Justiça fiscal	96	29,9%	83	25,9%	142	44%	321	6	26,1%	5	21,7%	12	52%	23	5	15,2%	6	18,2%	22	67%	33
Média global	102	24,8%	105	24,5%	217	51%	423	6	21,6%	5	16,8%	16	62%	26	4	9,9%	10	25,5%	25	65%	39

DOMÍNIOS DE ANÁLISE	REGIÃO								TOTAL							
	EUROPA															
	--	%	+-	%	++	%	TOTAL	--	%	+-	%	++	%	TOTAL		
Emprego	14	17,1%	23	28,0%	45	55%	82	160	20,3%	223	28,3%	404	51,3%	787		
Acesso à Segurança Social	6	7,8%	23	29,9%	48	62%	77	108	15,6%	190	27,5%	394	56,9%	692		
Rendimento / Faturamento	11	12,9%	26	30,6%	48	56%	85	154	24,0%	164	25,5%	325	50,5%	643		
Cumprimento de obrigações salariais	8	10,4%	18	23,4%	51	66%	77	110	18,6%	130	22,0%	351	59,4%	591		
Acesso a financiamento	6	10,5%	21	36,8%	30	53%	57	119	28,0%	99	23,3%	207	48,7%	425		
Desempenho da empresa (lucro)	8	10,8%	22	29,7%	44	59%	74	122	23,1%	123	23,3%	283	53,6%	528		
Procura de clientes	12	15,6%	17	22,1%	48	62%	77	130	22,4%	144	24,8%	306	52,8%	580		
Diversificação do negócio	9	12,7%	16	22,5%	46	65%	71	83	16,7%	107	21,6%	306	61,7%	496		
Justiça laboral	16	23,5%	22	32,4%	30	44%	68	109	25,3%	111	25,8%	211	49,0%	431		

Justiça fiscal	13	18,8%	26	37,7%	30	43%	69	120	26,9%	120	26,9%	206	46,2%	446
Média global	10	14,0%	21	29,3%	42	57%	74	122	22,1%	141	24,9%	299	53,3%	562

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.5.8. APRECIÇÃO GLOBAL DOS IMIGRANTES SOBRE A INSERÇÃO NO MERCADO DE TRABALHO

De uma forma global, 54,4% dos respondentes afirmam que estão extremamente satisfeitos com sua inserção no mercado de trabalho, principalmente homens e imigrantes originários da Europa (70,4%), América (68,3%) e Ásia (66%). Somente metade dos africanos (50,3%) se considera muito satisfeita com a sua inserção no mercado de trabalho. O grau de satisfação aumenta com a idade e nível de instrução.

Além disso, importa realçar que os trabalhadores por conta de outrem manifestam maior satisfação (60,9%) do que os por conta própria (52,7%). Essa diferenciação da avaliação decorre possivelmente do facto de uma parte relevante destes últimos laborar em condições de informalidade, com realce para a comunidade imigrada africana.

Quadro 19 - Apreciação global dos imigrantes sobre a inserção no mercado de trabalho

VARIÁVEIS SOCIO-DEMOGRÁFICOS	RESUMIDAMENTE		
	--	+-	++
Sexo			
Masculino	18,8%	25,6%	55,6%
Feminino	23,2%	24,9%	51,9%
Nível de instrução			
Sem nível de instrução	32,8%	43,8%	23,4%
Ensino Básico/Primário incompleto	26,1%	25,2%	48,6%
Ensino Básico/Primário completo	22,9%	27,1%	50,0%
Ensino Secundário incompleto	21,7%	23,1%	55,2%
Ensino Secundário completo	18,3%	24,4%	57,3%
Ensino Médio/ Curso Profissionalizante	9,9%	19,7%	70,4%
Ensino Superior	11,4%	21,2%	67,4%
Faixa etária			
15-24 anos	26,3%	25,0%	48,8%
25-34 anos	24,9%	25,8%	49,3%
35-64 anos	17,8%	25,1%	57,1%
65 ou mais anos	15,0%	30,0%	55,0%
Região de proveniência			
África	23,6%	26,1%	50,3%
América	9,8%	22,0%	68,3%
Ásia	1,9%	32,1%	66,0%
Europa	11,1%	18,5%	70,4%
Situação face ao mercado			

Por conta de outrem	17,7%	21,4%	60,9%
Por conta própria	18,0%	29,3%	52,7%
Total	20,2%	25,4%	54,4%

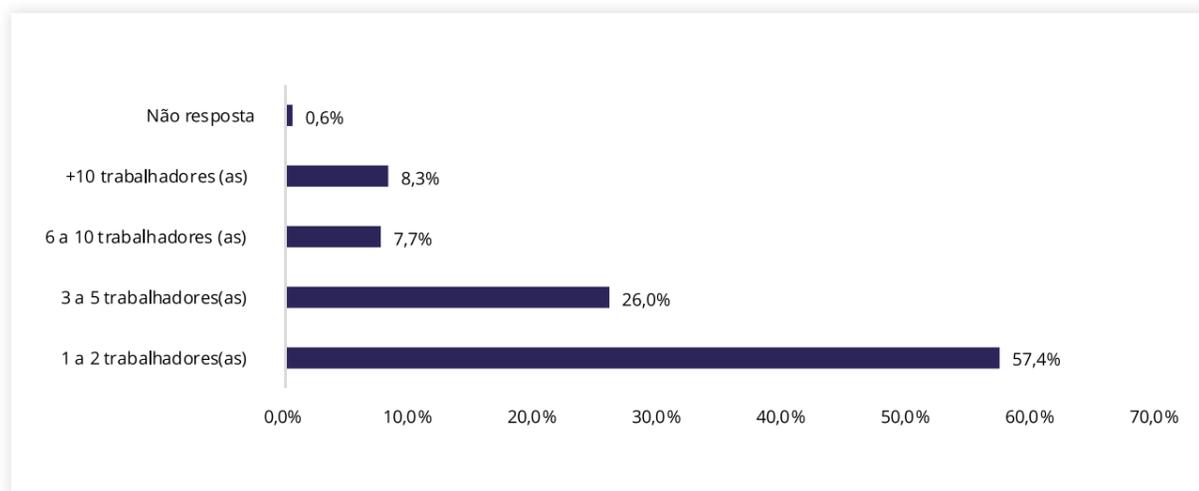
Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.6. CONTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES PARA A ECONOMIA NACIONAL

2.6.1. PESSOAS EMPREGADAS

Do universo dos imigrantes que trabalham por conta própria, 39% declaram que empregam trabalhadores, com realce para chineses, europeus e americanos. A maioria (57,4%) emprega entre 1 a 2 trabalhadores e somente 26% absorvem 3 a 5 trabalhadores, o que revela que a maior parte dos empreendimentos enquadra-se nas categorias de micro e pequenas empresas, seguindo a tendência nacional.

Gráfico 30 - Distribuição de pessoas empregadas



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.6.2. CONTRIBUIÇÃO DOS IMIGRANTES PARA A ECONOMIA NACIONAL

Para estimar a contribuição dos imigrantes na economia de Cabo Verde, foi adotada uma abordagem metodológica assente em dois critérios: o do rendimento (Cenário 1) e o das despesas (Cenário 2).

Cenário 1: Ótica do Rendimento (C1):

Neste cenário, a contribuição dos imigrantes é estimada com base no rendimento mensal médio declarado, multiplicado por 12 para se obter o rendimento anual ao qual se soma o volume de investimento declarado no país.

Fórmula:

$$C1=(R \times 12 \text{ meses})+I$$

Onde:

- **C1:** Contribuição anual dos imigrantes, segundo a ótica do rendimento
- **R:** Rendimento mensal médio declarado
- **I:** Investimento anual declarado

Cenário 2: Ótica das Despesas (C2):

Neste caso, considera-se a despesa mensal média dos imigrantes, também anualizada, à qual se adiciona o volume de investimento declarado. A ênfase aqui recai sobre o papel dos imigrantes, enquanto como consumidores ativos na economia.

Fórmula:

$$C2=(D \times 12 \text{ meses})+I$$

Onde:

- **C2:** Contribuição anual dos imigrantes, segundo a ótica das despesas
- **D:** Despesa mensal média declarada
- **I:** Investimento anual declarado

A proporção da contribuição anual é estimada através da divisão do montante global (C1 ou C2) pelo Produto Interno Bruto (PIB) do ano de referência (2024).

Fórmula:

$$\text{Proporção no PIB(\%)} = (C/\text{PIB}) \times 100$$

Onde:

- **C:** Valor da contribuição (C1 ou C2)
- **PIB:** Produto Interno Bruto de Cabo Verde

De acordo com os dados coligidos neste estudo, a contribuição dos imigrantes na economia é significativa em diversas áreas. Por exemplo, em 2024, a contribuição estimada dos imigrantes atingiu:



- **9,8 milhões de contos**, o que representa **4,2% do PIB** de Cabo Verde, na ótica do rendimento, e
- **8,2 milhões de contos**, o que corresponde a **3,5% do PIB**, na perspetiva das despesas.

Os resultados deste estudo demonstram, de forma inequívoca, a importância económica dos imigrantes em Cabo Verde. Em 2024, a sua contribuição variou entre 3,5% e 4,2% do Produto Interno Bruto, superando significativamente o seu peso na estrutura demográfica nacional (2,7%). Estes dados evidenciam que os imigrantes não somente participam ativamente na vida económica do país, mas também geram valor.

No entanto, para além do diagnóstico atual, os resultados devem ser lidos à luz das tendências internacionais, que reforçam a relevância estratégica da migração em si no processo de desenvolvimento de países. Estudos globais conduzidos por organismos como a OCDE, a OIM e o Banco Mundial indicam que, em muitos países, os imigrantes contribuem positivamente, quer para o crescimento económico e compensação de desequilíbrios demográficos, quer para a dinamização de setores-chave da economia — padrões que também se observam em Cabo Verde (*Cf World Bank group (2018). Moving for prosperity global migration and labor markets. Policy Research Report; OCDE (2021) International Migration Outlook e United Nations (2020) International Migration*).

Neste sentido, a constatação de que os imigrantes contribuem economicamente mais do que o seu peso populacional sugere que a imigração deve ser reconhecida como um recurso estratégico para o desenvolvimento sustentável dos países. Este reconhecimento deve estar associado à criação de políticas públicas mais inclusivas ao fortalecimento da governança migratória baseada em evidências e ao investimento em sistemas de monitoramento contínuo, que permitam capturar, não apenas os impactos diretos, mas também os efeitos indiretos de longo prazo da presença imigrante.

Assim, recomenda-se o refinamento da abordagem metodológica futura, através da:

- Integração de dados administrativos fiáveis;
- Aplicação de modelos de impacto económico mais abrangentes;
- Construção de séries temporais que possibilitem a análise de tendências.

Em síntese, este estudo representa um passo importante para o reconhecimento da relevância da integração dos imigrantes em Cabo Verde, fornecendo pistas para melhorar o alinhamento do país com as boas práticas internacionais no campo da análise e gestão das migrações.

2.7. ACESSO A SERVIÇOS

De entre dos serviços com que os imigrantes costumam lidar com maior frequência figuram: bancos (89,7%), Saúde (88,8%), Registo e Notariado (80,3%), DEF (78,8%), Casa do Cidadão (78,8%), Câmara Municipal (78,4%) e INPS (72,7%). De registar que não existem diferenças significativas de acesso por sexo, salvo alguns serviços, tais como: saúde, registo e notariado e Casa do Cidadão em que a frequência das mulheres é superior à dos homens.

Em geral, a proporção de imigrantes europeus, americanos e asiáticos que acede aos serviços é bem maior do que a dos africanos, em razão de estes últimos se inserirem no mercado de trabalho de forma mais precária e por constituírem a maior parcela de imigrantes em situação de permanência irregular.

Quadro 20 - Distribuição do acesso a serviços, segundo sexo

SERVIÇOS	MASCULINO		FEMININO		TOTAL		MASCULINO			FEMININO			TOTAL		
	SIM	%	SIM	%	SIM	%	--	+-	++	--	+-	++	--	+-	++
Direcção de Estrangeiros e Fronteiras	485	79,1%	226	78,2%	711	78,8%	15,7%	36,3%	48,0%	15,7%	45,1%	39,2%	15,7%	39,1%	45,2%
Registo, Notariado e Identificação	483	78,8%	241	83,4%	724	80,3%	5,5%	41,1%	53,4%	7,4%	44,0%	48,6%	6,1%	42,0%	51,9%
Casa do Cidadão	477	77,8%	234	81,0%	711	78,8%	4,7%	38,7%	56,6%	5,1%	37,3%	57,6%	4,8%	38,2%	56,9%
Direção Nacional de Receitas do Estado	335	54,6%	166	57,4%	501	55,5%	13,8%	35,0%	51,2%	11,1%	46,3%	42,6%	12,9%	38,8%	48,3%
Previdência Social (INPS)	444	72,4%	212	73,4%	656	72,7%	13,1%	37,0%	49,9%	9,1%	42,7%	48,2%	11,9%	38,7%	49,3%
Câmara Municipal	481	78,5%	226	78,2%	707	78,4%	16,8%	35,0%	48,2%	14,5%	43,5%	42,0%	16,0%	37,9%	46,1%
Serviços de Saúde	532	86,8%	269	93,1%	801	88,8%	19,2%	34,1%	46,7%	15,7%	42,9%	41,3%	17,9%	37,3%	44,7%
Serviços de Educação	355	57,9%	195	67,5%	550	61,0%	11,0%	36,0%	53,0%	11,6%	36,6%	51,8%	11,2%	36,2%	52,6%
Direção Geral de Inclusão Social	270	44,0%	135	46,7%	405	44,9%	20,5%	33,0%	46,6%	16,9%	36,6%	46,5%	19,4%	34,0%	46,6%
Instituto de Emprego e Formação Profissional	299	48,8%	152	52,6%	451	50,0%	15,2%	30,5%	54,3%	7,9%	44,9%	47,2%	12,5%	35,8%	51,7%
Pró-Empresa	236	38,5%	121	41,9%	357	39,6%	27,8%	26,8%	45,4%	11,1%	48,9%	40,0%	22,5%	33,8%	43,7%
Direção Geral do Trabalho	304	49,6%	149	51,6%	453	50,2%	23,6%	29,9%	46,5%	13,8%	50,0%	36,3%	20,3%	36,7%	43,0%
Inspecção Geral do Trabalho	310	50,6%	155	53,6%	465	51,6%	27,7%	28,3%	44,0%	18,6%	43,0%	38,4%	24,5%	33,5%	42,0%
Pró-Garante	212	34,6%	104	36,0%	316	35,0%	23,9%	25,4%	50,7%	17,2%	27,6%	55,2%	21,9%	26,0%	52,1%
Pró-Capital	209	34,1%	110	38,1%	319	35,4%	24,2%	24,2%	51,6%	11,4%	34,3%	54,3%	19,6%	27,8%	52,6%
Bancos	556	90,7%	253	87,5%	809	89,7%	7,8%	35,9%	56,4%	8,1%	41,5%	50,4%	7,9%	37,6%	54,5%
Instituições de Micro crédito	252	41,1%	129	44,6%	381	42,2%	27,5%	29,2%	43,3%	14,0%	49,1%	36,8%	23,2%	35,6%	41,2%
Direção Geral de Transporte Rodoviário	258	42,1%	130	45,0%	388	43,0%	20,3%	28,1%	51,6%	14,0%	28,1%	57,9%	18,4%	28,1%	53,5%
Alfândegas	339	55,3%	172	59,5%	511	56,7%	40,2%	24,2%	35,6%	31,6%	36,8%	31,6%	37,2%	28,5%	34,2%
Direção Geral de Comércio Indústria	254	41,4%	122	42,2%	376	41,7%	25,7%	27,4%	46,9%	12,2%	40,8%	46,9%	21,6%	31,5%	46,9%

Embaixada/ Consulado	378	61,7%	190	65,7%	568	63,0%	21,1%	30,7%	48,2%	14,2%	41,8%	44,0%	18,4%	35,0%	46,6%
Comissão Nacional dos Direitos Humanos e Cidadania (CNDHC)	265	43,2%	120	41,5%	385	42,7%	26,9%	28,4%	44,8%	17,0%	34,0%	49,1%	24,1%	29,9%	46,0%

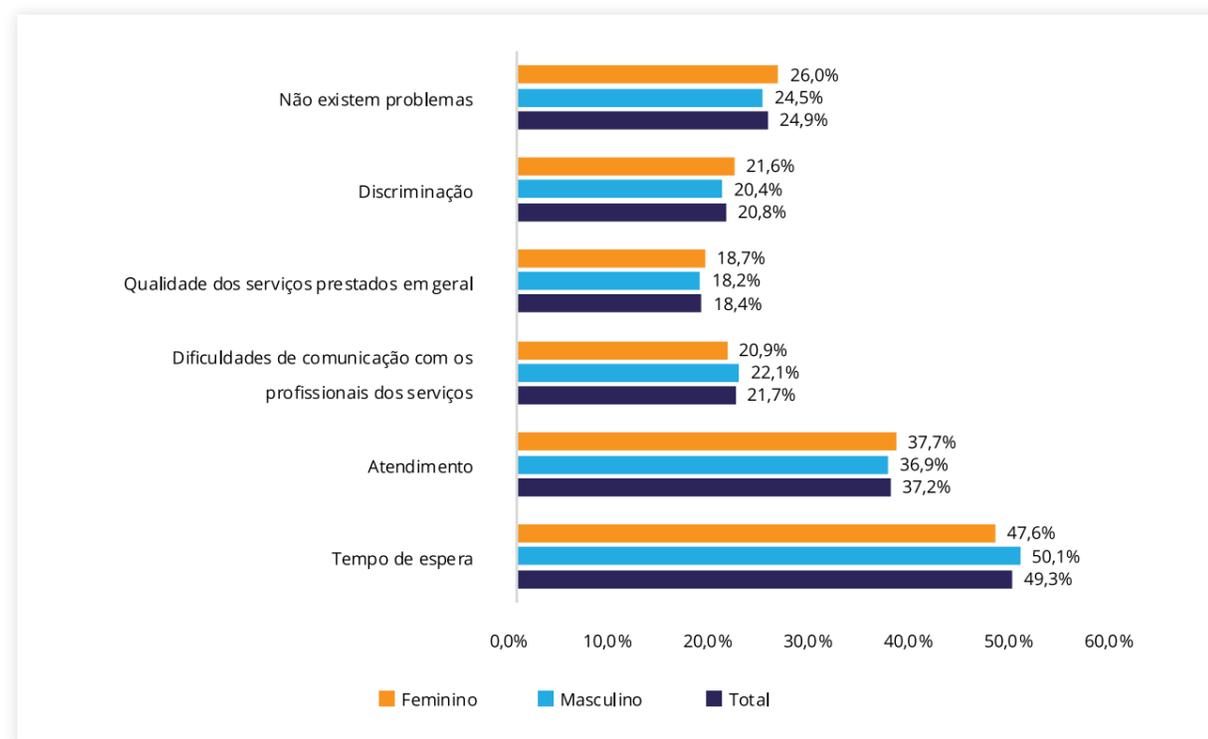
Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Indagados a respeito da avaliação que fazem dos serviços com os quais costumam lidar no quotidiano, denota-se que de entre os serviços muito bem avaliados, destacam-se: Casa do Cidadão (56,9%), bancos (54,5%), DGTR (53,5%), Pró-Garante e Pró-Capital (52,6%), Educação (52,6%) e Registo e Notariado (51,9%). De realçar que os serviços das Alfândegas e Inspeção do Trabalho são avaliados negativamente por uma proporção relevante de respondentes, 37% e 24,5%, respetivamente.

2.7.1. PRINCIPAIS PROBLEMAS NO ACESSO AOS SERVIÇOS

O tempo de espera (49,3%) e o atendimento (37,2%) constam dentre os principais problemas que os imigrantes enfrentam no acesso aos serviços, sendo maior no seio dos homens e mais expressivos entre os europeus, chineses e americanos do que dos africanos. De mencionar que 1 em cada 5 inquiridos aponta a discriminação, sobretudo os africanos (25,3%), e as dificuldades de comunicação como dois dos problemas no acesso aos serviços.

Gráfico 31 - Principais problemas com que deparam no acesso aos serviços, segundo sexo



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Não obstante as dificuldades supramencionadas enfrentadas pelos imigrantes, a maioria (82,3%) não teve necessidade de fazer reclamação. Somente 16,4% apresentaram queixas junto aos serviços, com realce para europeus (26,9%) e americanos (24,4%). As reclamações mais frequentes são: (i) demora nos procedimentos (58,4%), (ii) atendimento inadequado (57,1%), (iii) falta de informação (49,7%) e (iv) falta de respostas (43,5%). De referir que quase metade dos respondentes (47,3%) alega que não teve respostas em relação às suas reclamações e 35% declaram que as obtiveram, embora de forma tardia.

Quadro 21 - Necessidade de fazer alguma reclamação por sexo e região de proveniência

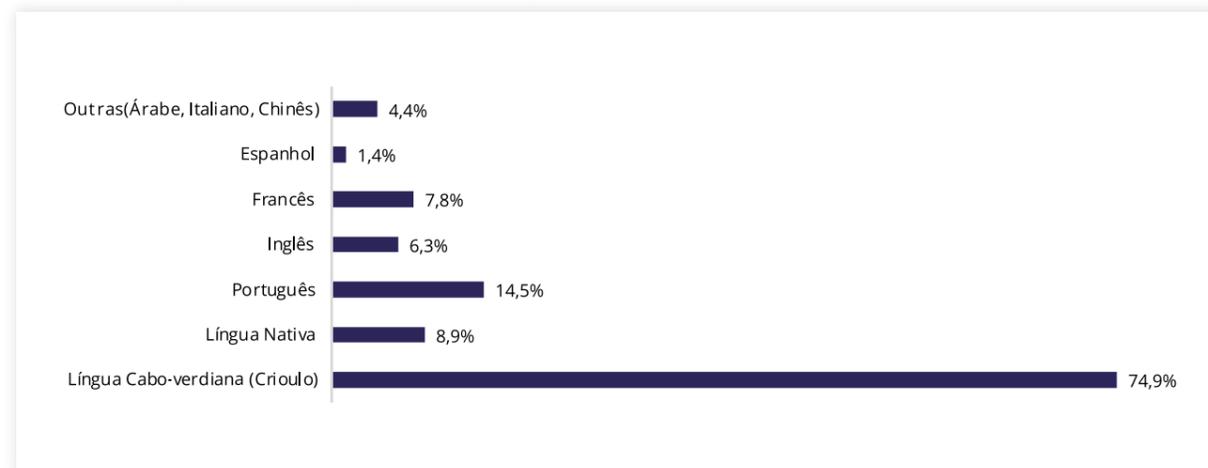
VARIÁVEIS DE CRUZAMENTO	SEXO				REGIÃO								TOTAL	
	MASC.		FEM.		ÁFRICA		AMÉRICA		ÁSIA		EUROPA		TOTAL	%
	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%	TOTAL	%		
Teve necessidade de fazer alguma reclamação?														
Não	497	81,1%	245	84,8%	587	83,9%	29	70,7%	47	88,7%	79	73,1%	742	82,3%
Sim	105	17,1%	43	14,9%	103	14,7%	10	24,4%	6	11,3%	29	26,9%	148	16,4%
Não Resposta	11	1,8%	1	0,3%	10	1,4%	2	4,9%	0	0,0%	0	0,0%	12	1,3%
Tipos reclamações mais frequentes														
Multas	13	11,3%	5	10,9%	13	11,3%	1	10,0%	2	25,0%	2	7,1%	18	11,2%
Demora nos procedimentos	68	59,1%	26	56,5%	71	61,7%	4	40,0%	4	50,0%	15	53,6%	94	58,4%
Falta de respostas	46	40,0%	24	52,2%	60	52,2%	2	20,0%	3	37,5%	5	17,9%	70	43,5%
Atendimento inadequado	65	56,5%	27	58,7%	71	61,7%	5	50,0%	4	50,0%	12	42,9%	92	57,1%
Mudanças de regras	23	20,0%	9	19,6%	28	24,3%	1	10,0%	2	25,0%	1	3,6%	32	19,9%
Cobrança indevida	20	17,4%	7	15,2%	21	18,3%	0	0,0%	1	12,5%	5	17,9%	27	16,8%
Dificuldade de comunicação	33	28,7%	15	32,6%	41	35,7%	1	10,0%	2	25,0%	4	14,3%	48	29,8%
Falta de informação	54	47,0%	26	56,5%	64	55,7%	5	50,0%	2	25,0%	9	32,1%	80	49,7%
Tipo de resposta obtida da reclamação efetuada														
1. Não obteve resposta	48	45,7%	21	48,8%	52	50,5%	4	40,0%	2	33,3%	12	41,4%	70	47,3%
2. Tive resposta, mas muito tardia	37	35,2%	14	32,6%	41	39,8%	3	30,0%	1	16,7%	7	24,1%	52	35,1%
3. Com alguma eficácia, mas o processo é muito burocrático	15	14,3%	6	14,0%	7	6,8%	2	20,0%	3	50,0%	6	20,7%	18	12,2%
4. Percepção de que tudo fizeram	5	4,8%	2	4,7%	3	2,9%	1	10,0%	0	0,0%	4	13,8%	8	5,4%
Total	105	100,0%	43	100,0%	103	100,0%	10	100,0%	6	100,0%	29	100,0%	148	100,0%

Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.8. LÍNGUA DE COMUNICAÇÃO

A língua cabo-verdiana permanece como o principal veículo de comunicação no labor diário dos imigrantes (74,9%), sobretudo para os africanos (84,4%) e asiáticos (71,7%), seguido de língua portuguesa (14,5%) e outras línguas africanas nativas (8,9%), francês (7,8%) e inglês (6,3%).

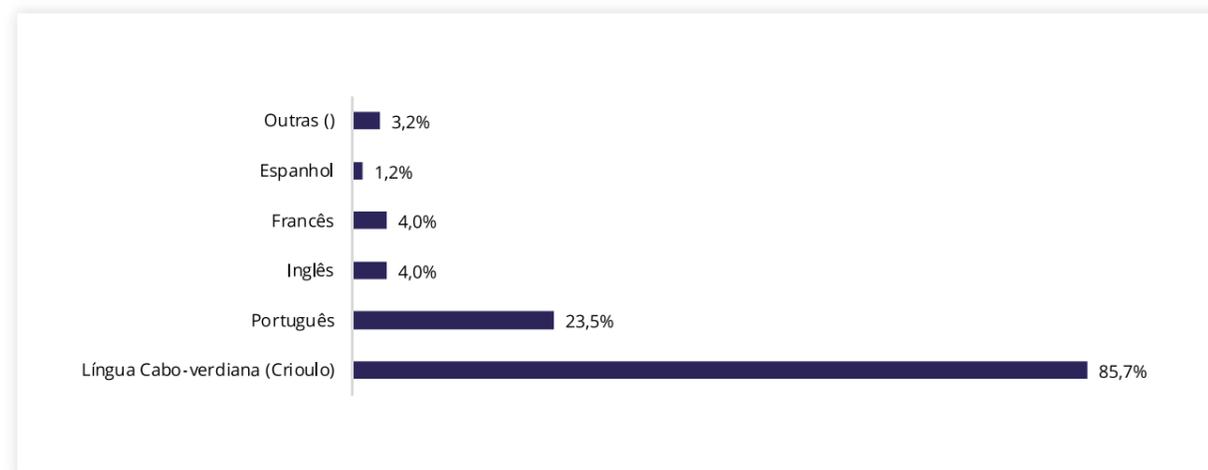
Gráfico 32 - Língua de comunicação utilizada no quotidiano



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

A importância da língua cabo-verdiana ganha maior relevância como língua de comunicação nas instituições públicas e privadas, sendo utilizada por 85,7% dos imigrantes, com destaque para os asiáticos e africanos (94% ex-áqueo). O português é empregue como língua de comunicação institucional por 23,5% dos inquiridos, com realce para os europeus e americanos.

Gráfico 33 - Língua de comunicação utilizada pelos imigrantes nas comunicações com as instituições públicas e privadas



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

2.9. PARTICIPAÇÃO NAS ORGANIZAÇÕES REPRESENTATIVAS

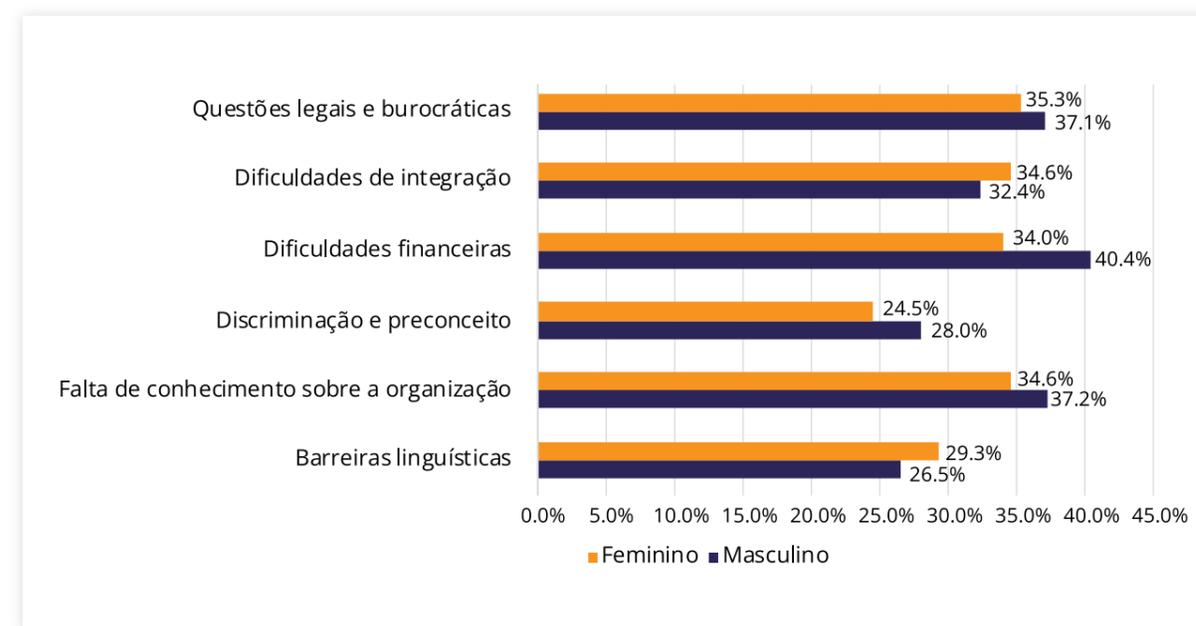
A maior parte dos respondentes (63,4%) não se encontra filiada em quaisquer organizações representativas, sendo que apenas 1 em cada 3 participa em associações de imigrantes, com realce para homens, particularmente, imigrantes africanos e chineses (22%). Importa referir ainda que essa participação é feita de forma pouco engajada.

Quadro 22 - Situação dos imigrantes em relação à afiliação em ONGs/ organizações representativas de classes, por sexo

ORGANIZAÇÕES	SEXO								
	MASCULINO			FEMININO			TOTAL		
	TOTAL	% LIN	% COL	TOTAL	% LIN	% COL	TOTAL	% LIN	% COL
Associação de imigrantes	218	78,1%	37,5%	61	21,9%	22,2%	279	100,0%	32,6%
Representante de classe empresarial	9	90,0%	1,5%	1	10,0%	,4%	10	100,0%	1,2%
ONGs	6	60,0%	1,0%	4	40,0%	1,5%	10	100,0%	1,2%
Sindicato	6	60,0%	1,0%	4	40,0%	1,5%	10	100,0%	1,2%
Associações comunitárias	45	73,8%	7,7%	16	26,2%	5,8%	61	100,0%	7,1%
Não estou afiliado(a) em nenhuma organização/ONG/Associação	339	62,4%	58,2%	204	37,6%	74,2%	543	100,0%	63,4%

De entre as principais alegações invocadas para a baixa participação constam: questões burocráticas, dificuldades financeiras, falta de conhecimento, dificuldades de integração, preconceito e barreira linguística.

Gráfico 34 - Apreciação dos imigrantes relativamente às dificuldades enfrentadas ao tentar participar em organizações representativas, por sexo e tipo



Fonte: Inquérito aos imigrantes/2024

Os dirigentes das associações de imigrantes consideram que a fraca participação dos imigrantes nas atividades das suas organizações representativas deve-se a um conjunto de razões, nomeadamente: falta de tempo, pouco interesse em participar em questões coletivas, alguma desconfiança em relação à forma de gestão das associações. De referir que a participação das mulheres nos eventos organizados pelas associações é geralmente inferior à dos homens, uma vez que, em muitos casos, necessitam da autorização dos maridos para o efeito.

2.10. PRINCIPAIS CONQUISTAS E BARREIRAS

Em suma, os resultados globais do estudo indicam que existem, por um lado, conquistas importantes no processo de inserção dos imigrantes no mercado de trabalho, bem como a sua participação nas atividades económicas e empresariais. Por outro, denota-se que ainda persistem barreiras relevantes que devem ser superadas para se melhorar as condições para sua integração na economia nacional.

2.10.1. PRINCIPAIS CONQUISTAS

De entre as conquistas mais relevantes importa ressaltar:

- i.** A tendência de crescimento de imigrantes em situação regular, facto que resulta, em larga medida, da flexibilização dos procedimentos para a atribuição de autorização de residência;
- ii.** A elevada taxa de empregabilidade dos imigrantes, sendo a sua inserção no mercado superior à média nacional;
- iii.** A maior parte dos imigrantes possui segurança social, sendo a taxa de adesão superior à média nacional;
- iv.** Auferem um salário médio, praticamente, 3 vezes superior ao salário mínimo nacional, o que demonstra uma inserção favorável no mercado de trabalho;
- v.** Em geral, a maioria considera que o que ganha cobre as suas despesas e consegue ter uma poupança para satisfazer outras necessidades;
- vi.** Realizam importantes investimentos no país, especialmente no setor dos serviços, contribuindo para o incremento da economia nacional;
- vii.** Existe uma perceção positiva sobre a evolução do ambiente de negócios, com realce para dimensões-chaves, como a diversificação da economia e cumprimento de obrigações salariais;
- viii.** A contribuição dos imigrantes para a riqueza nacional é superior ao seu peso na demografia do país, o que evidencia que a imigração constitui um fator de impulsionamento da economia nacional;
- ix.** Globalmente, os imigrantes avaliam positivamente a sua inserção no mercado de trabalho, possivelmente, devido ao elevado nível de empregabilidade e de obtenção de uma alguma poupança;
- x.** Fácil acesso aos principais serviços públicos sobre os quais manifestam, em geral, uma apreciação muito positiva.

Os ganhos supramencionados indicam que as principais diretivas políticas, tanto nacionais como aquelas que derivam das convenções internacionais ratificadas por Cabo Verde, são implementadas e respeitam os direitos dos imigrantes provenientes das diversas comunidades de imigrantes.

2.10.2. PRINCIPAIS BARREIRAS

Todavia, persistem ainda barreiras importantes que precisam ser superadas, que se prendem com:

- i.** Baixo nível de instrução dos imigrantes africanos, o que limita o acesso a empregos mais qualificados e, conseqüentemente, mais bem remunerados;
- ii.** Baixa frequência aos cursos de formação profissional, o que demonstra que não beneficiam de iguais oportunidades de qualificação profissional que os nacionais;
- iii.** Existência de disparidade de remuneração em desfavor das mulheres que, em geral, têm dupla jornada de trabalho: a laboral e a doméstica;
- iv.** Deficiente fiscalização por parte da Inspeção Geral do Trabalho, o que contribui para existência de procedimentos de recrutamento de trabalhadores imigrantes em condições que violam as disposições do Código Laboral vigente;
- v.** Existência de uma proporção significativa de imigrantes que laboram por conta própria em situação de informalidade, sobretudo africanos, o que contribui para que tenham, amiúde, rendimentos mais baixos;
- vi.** Existência de franjas relevantes de trabalhadores imigrantes em situação de trabalho informal sem cobertura de segurança social, o que dificulta o acesso a cuidados de saúde e à proteção social, em geral;
- vii.** Fraca participação nas organizações representativas, contribuindo para limitar a sua capacidade de mobilização e defesa de interesses coletivos.

As fragilidades acima referidas demonstram que as instituições públicas nacionais, em articulação com as organizações representativas dos imigrantes, têm ainda pela frente desafios importantes na operacionalização de medidas de políticas preconizadas pelo Estado de Cabo Verde, tendo em vista melhorar a sua inserção no mercado de trabalho, com relevo para os africanos que representam a maioria da população estrangeira e imigrante.

CONSIDERAÇÕES FINAIS E PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

A população imigrada/estrangeira integrante do universo deste estudo é constituída maioritariamente por pessoas do sexo masculino, pertencentes à faixa etária dos 35-64 anos que vive em união de fato/casado. Em geral, possui nível de instrução inferior ao Ensino Secundário, especialmente os imigrantes provenientes do continente africano. De referir ainda que somente 13% dos respondentes afirmam que frequentaram formação profissional, situação que interpela a uma reflexão aprofundada sobre estratégias para induzir a qualificação profissional no seio dos trabalhadores imigrantes, principalmente os originários do continente africano.

A maior parte dos imigrantes é originária de países africanos, sobretudo da CEDEAO, europeus (portugueses e italianos), asiáticos (chineses) e americanos (brasileiros) e residem em Cabo Verde há mais de 7 anos. As principais razões que invocam para justificar a sua vinda para Cabo Verde prendem-se com a procura de melhoria das condições de vida, oportunidades de emprego e reagrupamento familiar.

A grande maioria (83,3%) dos imigrantes declara que reside em Cabo Verde em situação regular, especialmente americanos, chineses e europeus. Entretanto, 9,8% declaram que moram no país de forma irregular, especialmente, africanos, e 5,5% sequer respondem, o que significa que possivelmente também habitam no país em situação irregular.

Os agregados familiares dessa população são compostos em média por 3,4 pessoas, número similar à média nacional. Contudo, importa realçar que apenas metade dos filhos dos imigrantes reside no território nacional.

A esmagadora maioria dos imigrantes declara estar empregada, com maior incidência nas pessoas nas faixas etárias dos 25 a 64 anos, sendo que a proporção de homens empregados é bem superior à das mulheres. A maior parte insere-se no mercado de trabalho, através de atividade laboral por conta própria (53,6%), especialmente no seio dos chineses e africanos, e 46,4% por conta de outrem. De ressaltar que a maioria se insere de forma precária no mercado de trabalho, sendo que 58,3% laboram em situação de informalidade, quer em empreendimentos por conta própria quer em empregos por conta de outrem, sendo estes últimos algumas vezes recrutados mediante contrato verbal, o que contraria as disposições do Código Laboral vigente no país.

Indagados a respeito do salário mensal que auferem, constata-se que o salário médio declarado é 46.471,00 CVE, sendo de 48.557,00 CVE no seio dos que empreendem por conta de outrem, com realce para os europeus (99.259,25 CVE), americanos (83.960,00 CVE), asiáticos (chineses com 58.342,00 CVE) e africanos (34.566,30 CVE). O salário mensal

tende a ser mais elevado no seio dos imigrantes do sexo masculino, com maior idade e nível de instrução.

Por sua vez, o salário médio declarado pelas pessoas que trabalham por conta própria é de 44.620,00 CVE, sendo maior no seio dos originários da Europa (88.961,53 CVE), América (68.000,00 CVE), Ásia (57.656,25 CVE) e África (37.435,00 CVE).

Analisando a relação “salário e despesa”, verifica-se que a capacidade potencial de poupança tende em média a ser maior no seio dos trabalhadores por conta de outrem (36,4%) que no dos trabalhadores por conta própria (23,2%), sendo em geral mais significativa no seio dos americanos, europeus e asiáticos, uma vez que estes auferem salários/rendimentos mais elevados.

No que se refere ao padrão de consumo, como seria expectável, denota-se que 57% das despesas incidem sobre o consumo de bens essenciais (alimentação, alojamento, energia e água). Contudo, os imigrantes americanos e europeus despendem maior proporção dos seus rendimentos em atividades de lazer, o que constitui um indicador de melhoria de qualidade de vida.

A maior parte dos imigrantes está inscrita na segurança social (60,5%), sendo a taxa de adesão mais elevada no seio dos europeus, americanos e asiáticos (chineses). Os africanos apresentam uma taxa de inscrição à segurança social inferior à média global (54,5%). O crescimento da taxa de adesão ao INPS foi induzido em grande parte pela medida legal que institui a inscrição na segurança social, enquanto um dos requisitos para a obtenção da autorização de residência. De entre as principais razões alegadas para a não inscrição na Segurança Social figuram: i) não ser prioritário; ii) prefere gerir a sua segurança social (iii) custo e modalidades inadequados. Esses motivos não diferem dos apresentados pelos nacionais que laboram na informalidade, conforme consta no Estudo Diagnóstico para a Extensão da Segurança Social a Trabalhadores/as de Difícil Cobertura (Cf. INPS/OIT, 2024).

Os imigrantes participam de forma ativa na dinamização da economia cabo-verdiana, realizando investimentos relevantes no setor de serviços, com realce para as áreas de comércio em estabelecimento fixo, comércio ambulante de roupas e outros produtos, artesanato, salão de beleza, venda de alimentos, serviços gerais, entre outros. À semelhança do tecido empresarial nacional, a maior parte dos negócios dos imigrantes enquadra-se nas categorias de micro e pequenas empresas. Outrossim, a maior parte dos empreendimentos formalizados funciona em regime REMPE e apenas 1 em cada 10 na modalidade de contabilidade organizada.

No que se refere à modalidade de enquadramento do negócio, denota-se que a maioria é única proprietária do seu empreendimento e apenas 17,6% o fazem sob forma de sociedade. O volume médio de investimento é estimado em 890.300,00 CVE, sendo feito predominantemente, ou com recursos próprios ou através de empréstimos a familiares. O investimento tende a ser maior no seio dos homens, dos imigrantes europeus e asiáticos. Todavia, o volume de investimento dos africanos é aproximadamente 3 vezes inferior à média geral de investimento, o que demonstra que a sua inserção é mais precária no mercado.

Ao serem questionados se o que ganham com o investimento feito cobre as despesas, nota-se que quase metade dos inquiridos responde positivamente e uma parcela relevante assegura que o ganha ultrapassa os gastos iniciais. Contudo, existe uma proporção importante de africanos que declara que os rendimentos obtidos sequer cobrem as despesas realizadas.

Os dados coligidos neste estudo apontam que os imigrantes dão uma contribuição relevante para o desenvolvimento da economia de Cabo Verde, quer em termos de empregos criados quer em volume de investimentos, rendimento e despesas realizados. Com efeito, importa referir que no universo dos imigrantes que trabalham por conta própria, 4 em cada 10 empregam pessoas, especialmente os asiáticos (chineses), europeus e americanos.

Tendo em conta o volume de investimentos feitos e os rendimentos obtidos, estima-se que em, 2024, os imigrantes contribuíram com cerca de 9,8 milhões de contos, o que representa 4,2% do PIB de Cabo Verde. Entretanto, se se considerar apenas as despesas realizadas no mercado nacional, a contribuição da comunidade imigrada é estimada em 8,2 milhões de contos, o que corresponderá a 3,5 % do PIB. Além disso, tendo em conta a taxa de adesão dos imigrantes à segurança social, acima da média nacional, a comunidade imigrada contribui, igualmente, para a sustentabilidade da segurança social do país.

No que tange ao grau de satisfação sobre a inserção no mercado de trabalho, constata-se que mais de metade (54,4%) está satisfeita, principalmente europeus e americanos. Além disso, a maioria dos respondentes (53,2%) considera muito positiva a evolução da economia cabo-verdiana, nomeadamente no que diz respeito à diversificação do negócio, cumprimento das obrigações salariais, acesso à segurança social e desempenho da empresa.

Relativamente ao acesso aos serviços, verifica-se que os mais frequentados pelos imigrantes são: bancos, sistema de saúde, Registo e Notariado, Direção de Estrangeiros e Fronteiras, Casa do Cidadão, câmaras municipais e Instituto Nacional de Previdência

Social, sendo que a maior parte dos serviços obteve uma avaliação muito positiva. Contudo, importa realçar que o tempo de espera e atendimento permanecem como as principais dificuldades apontadas no acesso aos serviços.

À semelhança dos resultados dos estudos anteriores sobre a imigração em Cabo Verde, a língua cabo-verdiana é utilizada, no labor diário, por $\frac{3}{4}$ dos imigrantes, sendo mais entre africanos e asiáticos (chineses). O uso da língua nacional é ainda maior nas situações formais nas instituições públicas e privadas, com relevo para africanos e asiáticos (chineses).

Finalmente, no que diz respeito à participação dos imigrantes nas associações representativas, nota-se que a maioria não se filia nas organizações associativas, sendo que uma eventual participação é maior entre os africanos e chineses. Do ponto de vista dos inquiridos, os principais fatores que concorrerem para a baixa participação prendem-se com questões burocráticas, dificuldades financeiras, falta de conhecimento, dificuldades de integração, preconceito e barreira linguística. Além dessas razões, as lideranças associativas apontam outros motivos, designadamente a falta de interesse em participar de questões coletivas, desconfiança em relação à forma de gestão e a restrição de participação imposta às mulheres, uma vez que a participação destas está condicionada a uma autorização do marido/companheiro.

PRINCIPAIS RECOMENDAÇÕES

Os resultados deste estudo apontam que, em geral, a comunidade imigrada dá uma contribuição relevante para o desenvolvimento da economia de Cabo Verde. Todavia, tendo em conta o peso da imigração africana no contexto imigratório cabo-verdiano, a melhoria dos indicadores de inserção na economia da comunidade imigrada em geral depende em larga medida da melhoria das condições de inserção no mercado dessa mesma comunidade.

Sem prejuízo de consolidar os ganhos já alcançados, ganhos esses que se traduzem no grau de satisfação da maioria dos imigrantes com a sua inserção no mercado de trabalho, é necessário a introdução de um conjunto de medidas, tendo em vista superar os desafios identificados neste estudo.

Neste sentido, eis as principais recomendações:

1. Elevação do nível de instrução da comunidade imigrada, sobretudo das pessoas originárias do continente africano. Isto implica o desenho e implementação de ações específicas de educação de adultos gizadas pelo Ministério da Educação em articulação com a AAI e associações representativas dos imigrantes;

2. Promoção de programas de formação profissional direcionados para a comunidade imigrada, tendo em vista a elevação da sua qualificação profissional, bem como a adoção de incentivos (bolsas/créditos) para incrementar a frequência dos imigrantes;
3. Adoção de ações que promovam maior igualdade de género, respeitando a diversidade cultural;
4. Reforço da ação da Inspeção Geral do Trabalho, tendo em vista sensibilizar e coibir práticas ilegais de recrutamento da mão-de-obra imigrada;
5. Incremento de ações de sensibilização de imigrantes que têm empreendimentos informais, com o fito de contribuir para sua formalização através dos incentivos já consagrados no REMPE;
6. Reforço de ações de sensibilização dos trabalhadores informais em termos de acesso, compreensão e apropriação de informações sobre a segurança social obrigatória;
7. Fortalecimento das ações de sensibilização dos imigrantes, por forma a aumentar a sua filiação e participação na vida associativa.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

Alta Autoridade para a Imigração (2022). A Imigração da Guiné-Bissau em Cabo Verde. Organização de Varela, Odair e Furtado, Clementina.

Alta Autoridade para a Imigração e INE (2023). Relatório sobre População Estrangeira e Imigrante em Cabo Verde.

Alta Autoridade para a Imigração em Cabo Verde (2023). A Integração social dos imigrantes em Cabo Verde.

AMICACHI/MFIS (2018). Imigração Chinesa em Cabo Verde.

Assembleia Nacional (2010). Constituição da República de Cabo Verde. 4ª Edição, Praia.

Canto, Paulino (2020). Mobilidades, fronteiras e integração regional: livre circulação de pessoas na CEDEAO? O caso de Cabo Verde.

Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (2019). Convenção Internacional sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação Racial Série: Documentos DH.

Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (2018). Relatório Paralelo sobre a implementação da Convenção das Nações Unidas sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e Membros das suas Famílias.

Comissão Nacional para os Direitos Humanos e a Cidadania (2017). II Plano Nacional de Ação para os Direitos Humanos e a Cidadania (PNADHC). Resolução nº 127/2017.

Furtado, Clementina (2012). As migrações da África Ocidental em Cabo Verde: atitudes e representações. Tese de doutoramento apresentado na Universidade Livre de Bruxelas.

Gomes, Davidson (2013). Integração Profissional dos Imigrantes Guineenses no Mercado Laboral em Cabo Verde: Estudo de caso dos Carpinteiros na Praia. Dissertação de mestrado apresentada na FCSHA-Uni-CV.

Governo de Cabo Verde. Programa de Governo para IX legislatura, 2021-2026

INE (2022). Estatísticas do Mercado de Trabalho.

Governo de Cabo Verde (2018). Regime Especial das Micro e Pequenas Empresas - Diagnóstico sobre o Estado de implementação.

Instituto Nacional de Estatísticas (2021). Recenseamento Geral da População e Habitação.

INPS/OIT (2024). Extensão de Segurança Social a Trabalhadores/as de Difícil Cobertura em Cabo Verde.

Massey, D. S. et al. (1998). Worlds in Motion – Understanding International Migration at the End of the Millennium, Oxford: Clarendon Press.

Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial. (2023) Avaliação da Implementação do REMPE – Regime Especial de Micro e Pequenas Empresas.

Ministério das Finanças e do Fomento Empresarial (2022). Plano de Desenvolvimento Sustentável 2022-2026.

OCDE (2021) *International Migration Outlook*

OIT 2021. Estender a Segurança Social aos trabalhadores da economia informal: Ensinos obtidos a partir da experiência internacional, Genebra.

OIT. Recomendação 204. Recomendação relativa à transição da economia informal para a economia formal. Genebra, 2015.

PEIXOTO, João (2008). Imigração e mercado de trabalho em Portugal: investigação e tendências”, in PEIXOTO, João (org.), Revista Migrações - Número Temático Imigração e Mercado de Trabalho, abril 2008, n.º 2, Lisboa: ACIDI, pp. 19-46

Piore, M. J (1979). *Birds of Passage. Migrant Labour and Industrial Societies*, Cambridge: Cambridge University Press.

Portes, A (1999). Migrações Internacionais: Origens, Tipos e Modos de Incorporação, Oeiras: Celta Editora.

Rocha, Eufémia (2014). Feitiçaria e Mobilidade na África Ocidental: uma etnografia da circulação de kórda, méstris e korderus. Tese de doutoramento apresentado na FCSHA-Uni-CV.

Rocha, Eufémia (2009). Mandjakus são todos os africanos, todas as gentes pretas que vêm da África: xenofobia e racismo em Cabo Verde. Dissertação de Mestrado apresentado na FCSHA-Uni-CV.

Tavares, Maria (2019). Género e Islão em Cabo Verde: Processos de Conversão das Mulheres ao Islamismo e seus impactos nas dinâmicas familiares; Dissertação de mestrado apresentada na FCSHA-Uni-CV.

Unidade de Coordenação de Imigração. Estratégia Nacional da Imigração. Resolução nº3/2012 de 23 janeiro.

Unidade de Coordenação da Imigração/*Office Français de l'immigration et de l'intégration*, OFII. (2014). Identificação das necessidades dos imigrantes no processo de integração em Cabo Verde.

United Nations Department of Economic and Social Affairs, Population Division

(2020). *International Migration*.

World Bank group (2018). Moving for prosperity global migration and labor markets. Policy Research Report

CONVENÇÕES

Convenção Internacional sobre a Proteção dos Direitos de Todos os Trabalhadores Migrantes e dos Membros das suas Famílias Adoptada pela Resolução 45/158, de 18 de dezembro de 1990, da Assembleia-Geral (entrada em vigor a 1 de julho de 2003).

Convenção 11 - Convenção sobre Discriminação (Emprego e Ocupação), 1958 (No. 111), ratificada em 03 abril de 1979.

Convenção 38 - Convenção sobre a idade mínima, 1973 (n. 138) Idade mínima especificada: 15 anos, ratificada em 07 fevereiro de 2011.

COOP4INT

STRENGTHENING MIGRANT INTEGRATION
THROUGH COOPERATION BETWEEN PORTUGAL AND CABO VERDE

Financiado pela União Europeia



Contratualizado por



Implementado por

